número zero

# ÍNDICE




## erva rebelde número zero

Porto
maio de 2016
**ervarebelde@riseup.net**

# editorial

## Entre placidez e arrepio, *eppur si muove!*

Quando acordamos, já o Mundo deu várias voltas com elipses de notícias a girarem em *sound bites* que se propagam, partilham, comentam, ou não. Por terras da América Central, apesar da corrupção corrosiva e mortífera, cuja mais recente expressão levou à morte de catorze jovens estudantes de Ayotzinapa, todos os sub-comandantes do movimento zapatista desafiam as regras, derrubando a noção rígida de líder, re-inventam formas de lutas e de vivências, continuando a construir caminhos onde educação e apoio mútuo se interligam. Pela América do Sul ecoam zumbidos de um fascismo reminiscente. Nos EUA, enquanto cada Estado federado faz, formula e aplica as suas leis internas, D. Trump entrou na corrida da irremediável e famosa dicotomia da alternância, com consequências frequentemente nefastas para o resto do Mundo. O Médio Oriente continua a ser um lugar onde as ingerências do Ocidente prejudicam os povos. Mas também aqui, como em Rojava, surgem outras formas das pessoas se organizarem e viverem. Entretanto, pessoas tombam, são assassinadas, deslocadas ou retalhadas às portas das fortalezas das democracias representativas.

Por estas terras europeias, quando viramos a cabeça surge a sensação premente de mais um engano, mais uns sofrimentos, mais umas injustiças... Adormecemos ao som angustiante das decisões já tomadas sem sabermos ao certo como e porquê. Quando acordamos, já o mundo é demasiado velho para aguentar o nosso questionamento genuíno, sem nos sentirmos totalmente ultrapassadas.

Se por esta finisterra, as decisões de um governo cessante ou as trapalhadas com os bancos nos deixam sem palavras, mas com um sabor cada vez mais amargo na boca, por terras gaulesas, depois dos atentados e da instauração do estado de emergência, a população francesa despertou, numa primavera chuvosa, para sacudir uma lei laboral que curiosamente se enquadra perfeitamente nas negociações secretas iniciadas em torno do Tratado Transatlântico (o comummente chamado TTIP). Por terras da vizinha Hispânia, o governo procura conservar o direito através de leis repressivas aplicadas às manifestações, reuniões, liberdade de expressão e registo de imagens. Estas leis constituem uma violência contra o povo, mas claro, Walter Benjamin, na sua *Crítica da Violência*, já nos disse que “Toda a violência é, enquanto meio, ora fundadora, ora conservadora de direito.” E, isto confirma o que Derrida afirmou, em *Força de Lei*, “O Estado tem medo da violência fundadora, isto é, capaz de justificar, de legitimar ou de transformar relações de direito, e portanto de se apresentar como tendo um direito ao direito”.

Estaremos, então, a presenciar de forma mais ou menos evidente o medo de certos Estados?

fotografia: ***Ursula Zangger***, série "Ciganos", 2010

# manifesto

**grupo erva rebelde**

Esta sociedade não satisfaz.
Usa-nos como cobaias na experiência incessante de um poder que testa em nós cada nova fuga em frente.
Mas a máscara das garantias e direitos cai e revela a cupidez do dinheiro, que contribui com os capatazes de que necessita para a rapina dos e aos Estados, sendo o pós-desastre terreno fértil para a instituição de novos totalitarismos e hierarquias.
A vacuidade toma conta de tudo.
Sabemos que o poder encontra sempre novas metamorfoses em que se apresenta como o salvador dos desastres que cria.
Contudo, os mitos do progresso, do desenvolvimento, da eficiência, não podem levar senão ao fracasso, como o demonstrou, por exemplo, o fim da experiência 'soviética' e as convulsões generalizadas que atravessam o capitalismo, desde os EUA à China.
Porém, onde se encontrou a crítica com a acção estão os que nos antecederam e os que nos acompanham com esse sentido crítico em busca daquilo a que aspiramos.
É valioso o nosso legado, difuso e amplo, e nós estamos também disponíveis para o fortalecer, no confronto atento e aberto.
Por isso estamos contra a imposição de um modelo civilizacional tido por superior, mas na verdade embrutecedor e colonialista, que faz tábua rasa da cultura e organização social de muitos povos;
contra o endoutrinamento sistemático do nosso pensamento e da nossa energia;
contra a normalização mediática, massificadora, a tecnologia ao serviço do império, seja nuclear, genética, digital, vertiginosa;
contra a resignação em vista da recompensa num longínquo amanhã, seja ele místico ou político.
Não queremos ser peões nesta fazenda, a trabalhar por comida e um cartão de plástico para uso no botequim do fazendeiro. E não nos supomos livres por poder sair de uma fazenda e ceder a nossa força a outra em tudo idêntica.
Antes procuramos formas de trazer esta falência à consciência colectiva. Queremos actuar sobre ela para construir uma sociedade antiautoritária, assente na liberdade, solidariedade, autogestão e acracia.
Queremos agir para limpar o pó que nos soterra.
Procuramos acções onde a fruição se conjugue com a demolição do existente, afirmando a construção de outra vida, como uma erva daninha que cresce irreverente, necessariamente à margem desta loucura colectiva. Só assim poderemos evitar ir na corrente.

Não nos revemos reféns de um passado, não trazemos prontas soluções, nem esperamos no futuro líderes, santos ou salvadores que nos baste seguir.
Somos anarquistas!

## Rede de Estudos Anarquistas/Anarchist Studies Network

### Loughborough University, U.K.
### 14-16 Setembro 2016
### Tema central: Anarco-feminismo

A resistência global enfrenta tempos turbulentos, em que a esperança vive um equilíbrio instável entre a mobilização inspirada e a contenção reacionária. Em Rojava, comunidades curdas optam pelo socialismo libertário e por uma liderança no feminino numa escala jamais vista desde a Guerra Civil Espanhola, ao mesmo tempo que as potências mundiais bombardeiam a oposição democrática síria, que combate o ISIS. A mobilização de afro-americanos contra a brutalidade policial vai muito para além dos chavões liberais, na tentativa de chamar atenção contra o racismo sistémico. Ao mesmo tempo, os candidatos no seio do partido republicano superam-se uns aos outros em termos de fanatismo descarado e misoginia. E enquanto os anarquistas são encorajados pelo ressurgimento de protestos populares na sequência da crise financeira global, muita dessa energia tem sido absorvida por iniciativas eleitorais na Grécia, em Espanha, no Reino Unido e nos EUA, justificando preocupações de longa data sobre a cooptação de movimentos que esperam ainda muito do Estado. Nestes dias de incerteza, a elaboração de análises anarquistas, que fazem a ponte entre teoria e prática e falam sobre as necessidades dos movimentos sociais, assume uma importância crescente.

A 4ª Conferência Internacional da Rede de Estudos Anarquistas / The Anarchist StudiesNetwork realiza-se na Universidade de Loughborough (Loughborough University) entre 14-16 Setembro 2016. São bem-vindas propostas de papers, painéis e stream de painéis. Encoraja-se especialmente a apresentação de painéis que incluam 3-4 apresentações em torno de um tema comum. Contudo, os papers individuais são também bem-vindos.
Aceitam-se ainda contributos que venham de fora da esfera estritamente universitária, em todas as áreas relevantes para o estudo académico do anarquismo.

O tema central da conferência é o anarco-feminismo.
Os objetivos são dois: estimular a discussão em torno das formas de opressão a que os anarquistas se opõem, mas que continuam a ser sentidas pelas organizações anarquistas; e acolher os indivíduos, grupos e comunidades que ainda não tenham participado em eventos da Rede de Estudos Anarquistas/Anarchist Studies Network. Reconhecendo o legado das anarco-feministas/anarquismo feminista e do ativismo das mulheres no anarquismo, pretende-se fortalecer os laços entre anarquistas contemporâneos e feministas na luta contra a opressão e o uso de práticas misóginas e de estruturas hierárquicas de género na tentativa de abrir o evento a outro tipo de pessoas marginalizadas. Encorajam-se particularmente candidaturas de mulheres, pessoas trans e não-binárias, ativistas queer, coletivos, pessoas de cor, pessoas com deficiência. Incentiva-se, portanto, a apresentação de painéis em stream na tentativa de superar essa exclusão. Estamos especialmente interessados em apresentações sobre anarquismo e sobre os seguintes temas:

- Teoria *queer* e anarco-feminista;
- Crítica anarco-feminista sobre o Estado;
- Histórias anarco-feministas;
- Eco-feminismo, individualismo anarco-feminista, feminismo anarco-primitivista, pós-humanos, *cyborg* e anarco-feminismo *sci-fi* (ficção científica);
- Críticas feministas ao anarquismo e anarquistas feministas;
- Intersecções entre género, sexualidade, raça, classe, tendências e anarquismo;
- Lutas locais anarco-feministas / experiências.
- Amor, sexo, relações (ou resistência a);
- Representações masculinas e femininas e o movimento entre ambas;
- Trabalho sexual e direitos reprodutivos;
- O papel das mulheres e das pessoas não-binárias na luta contra o capitalismo.

Aceitamos também contribuições sobre qualquer outro tema relevante para o estudo do anarquismo, com ou sem ligação ao anarco-feminismo.
As conferências ASN visam abrir novas fronteiras em termos de bolsas académicas anarquistas e incentivam a polinização cruzada entre disciplinas, bem como propostas que preencham a lacuna entre a "academia" e outras formas de conhecimento. São bem-vindas também sugestões para a realização de workshops, eventos de arte/*performances* e peças experimentais. Estamos também abertos à discussão de outras ideias que possam ter.

**Anarchist Studies Network:**
http://anarchist-studies-network.org.uk/

# Colocar algumas peças sobre a questão palestiniana

**_Gisandra Oliveira_**

*Uma inteligência partilhada da situação não pode nascer de um texto só, mas de um debate internacional. E para que o debate aconteça é preciso colocar algumas peças.*
(*Aos nossos amigos*, 2015, 14)

**1. Procurar estabelecer laços no panorama actual**

Com alguma apreensão, mas sem emitirmos pios mobilizadores de uma legítima preocupação, nem estilhaços de acções directas, vemos a Europa consolidar, com algum secretismo (expondo agora de forma evidente os seus procedimentos anti-democráticos), o TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*) ou a PTCI (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento).

Trata-se de um acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos da América que está a ser arquitectado, desde Julho 2013, entre a Comissão Europeia e o Governo norte-americano com a participação de corporações multinacionais. Esta parceria entre a União Europeia e os EUA, além de favorecer o poder dos interesses corporativistas; ameaçar os direitos das trabalhadoras e o direito ambiental; também ameaça invalidar as recentes medidas tomadas na UE[1]; e limitar, impedir e até criminalizar qualquer expressão política e mobilização solidária na luta pela liberdade dos povos. Entre estas, as possíveis acções da sociedade civil de se poderem exprimir através do Boicote, Desinvestimento e Sanções[2] em solidariedade com o povo palestiniano.

Apesar das políticas europeias reforçarem o policiamento e a criação de dispositivos de protecção nas fronteiras[3], numa lógica em que a condição de refugiado perdeu definitivamente o seu rosto humano, sabemos que a nossa pertença ao mundo não acaba numa linha imaginária às portas do Mediterrâneo, desde o mar do Norte, passando pelo Golfo de Biscaia, pelas Colunas de Hércules e as

---

1. Linhas Directrizes, publicadas no Jornal Oficial da UE (2013/C 205/05), relativas à "*elegibilidade das entidades israelitas, estabelecidas em territórios ocupados por Israel desde 1967* (...)". Consultável em linha: http://www.eeas.europa.eu/delegations/israel/documents/related-links/20130719_guidelines_on_eligibility_of_israeli_entities_en.pdf

2. BDS (Boicote, Desinvestimento, Sanções) é um movimento, iniciado pela sociedade civil palestiniana em 2005, que tem vindo a ser uma fonte de preocupação crescente para o actual governo de Israel e tem levado Israel e os EUA a tomarem as respectivas contra-medidas políticas e legais. O Apelo do movimento BDS encontra-se consultável em linha: http://www.bdsmovement.net/call

3. Estes dispositivos constituem barreiras que podemos percepcionar como um prolongamento do muro de separação, cuja construção foi iniciada em 2003 pelo governo de Israel, já que constitui um impedimento ao movimento de pessoas e bens dentro desses limites, mas não entre Israel e o resto do mundo.

Ilhas Gregas. Não podemos esquecer que as políticas securitárias decididas pela União Europeia revestem várias formas e manifestam-se de várias maneiras, contudo todas elas procuram propagar a ideia de uma "ameaça comum", validando as próximas "manobras" da NATO. Esta "operação musculada" chama-se "Trident Juncture 2015"[4]. As três pontas deste "tridente" querem reforçar o estado de excepção paulatina e ardilosamente implementado nos Estados Europeus. Uma das propostas, que decorreu em Lisboa no fórum industrial (19 e 20 de Outubro 2015)[5], propôs o aumento do orçamento e dos investimentos militares alegando a necessidade da "defesa" através de operações com "efeitos dissuasores", que viu, a 5 de Novembro de 2015, a realização de um "evento marítimo pesado"[6]. Espanha, Itália e Portugal constituiram o "tridente" que promoveu a ficção da "ameaça comum" a que a NATO chama "potenciais inimigos".

Mesmo se as lutas que nos são mais próximas nos levam a uma postura de territorialização e priorização das urgências, deixando-nos contaminar natural e necessariamente pelas agendas partidárias, pelo ritmo político institucional ou pelo que os media trazem à custa do voyeurismo social, não nos podemos pensar em termos anarquistas[7] separadas das grandes movimentações políticas europeias, mas também não nos podemos alhear das lutas mundiais como o movimento zapatista, ou as lutas de Rojava e muito menos da questão Palestina/Israel[8], por vários motivos. Sobre esta última, podemos de imediato destacar três razões. Primeiro, porque forçámos a entrada das suas Histórias nos anais da História do Ocidente e do Mundo. Segundo, porque a nossa humanidade enforma os laços solidários diante da opressão, repressão, segregação e destruição actuais como passadas. E finalmente, porque tudo contra o que lutamos no geral - uma ordem social encostada a um sistema de dispositivos[9] manobrados e regidos pelo capitalismo e o Estado - encontra-se em jogo quotidianamente na Palestina/Israel. Mesmo na distância geográfica que nos separa do Médio Oriente, podemos encontrar múltiplas razões para uma actuação mais regular e sistemática contra a máquina capitalista, os instrumentos dos Estados e as engrenagens securitárias.

**2 - Quando as palavras estão contaminadas**

Trazer a questão palestiniana para a cena anarquista no Ocidente revela certas reticências e apresenta algumas dificuldades. As reticências formulam-se principalmente em torno da linguagem, enquanto as dificuldades envolvem percepções políticas e noções ideológicas. Em torno da linguagem, a questão palestiniana está contaminada por dispositivos regidos pelo paradigma ocidental que insistem em querer tratar do assunto. É uma máquina oleada pelo direito internacional, envolvendo a Convenção de Genebra, o Tribunal Penal Internacional e a ONU, que só funciona e se aplica no quadro da noção de Estado. Uma máquina composta por Estados que votam e vetam alegremente num tabuleiro geopolítico em que só há lugar para os interesses de alguns. Uma engrenagem selectiva que legitimou o seu direito universal à ingerência internacional através de recortes fronteiriços, pressões e sanções económicas e de intervenções militares.

De um modo geral, uma das dificuldades do anarquismo sobre a questão palestiniana prende-se com o sistema implementado pelas democracias liberais, tal como a representatividade. Nesta perspectiva, a causa palestiniana tem vindo a ser terreno eleito, embora naturalmente pouco gratificante, das agendas políticas partidárias das esquerdas europeias, através de grupos ou associações com um pé nos parlamentos e outro nos dispositivos humanitários institucionais ou não. No contexto português, curiosamente, o grupo parlamentar de amizade Portugal - Palestina é o único grupo que tem no seu seio membros de todas as cores políticas presentes no Parlamento[10]. Não sendo um

---

4. Notícia consultável em linha: http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-acolhe-em-2015-exercicio-da-nato-que-paises-do-leste-reivindicavam-1668596

5. Notícia consultável em linha: http://www.act.nato.int/industryforum

6. Notícia consultável em linha: http://www.act.nato.int/trident-juncture-15

7. Aqui o termo remete para quatro princípios gerais e básicos: autonomia, autogestão, internacionalismo e acção directa.

8. O termo Palestina/Israel remete para o território do tempo do mandato britânico (1920-1948), posto que a situação actual se definiu dentro dos limites desse território, cujo futuro político prescindiu da consulta da população sendo atribuído aos Britânicos como uma das esferas de influência na região nos acordos Sykes-Picot em 1916.

9. A palavra "dispositivo" remete para o pensamento de Foucault, retomado por Agamben (2007, 31) como sendo "*tudo aquilo que de uma forma ou de outra tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, moldar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos*".

10. Comunicação de Bruno Dias, Presidente do Grupo Parlamentar de amizade Portugal – Palestina, a 28 de Maio de 2015, na Assembleia da República num encontro com a Delegação do Parlamento Palestino.

terreno para ganhos eleitorais concretos é relativamente fácil manter laços para divulgação, informação e até para realizar acções conjuntas com estes grupos. Como é de esperar, cada grupo partidário tem tendência para veicular as ideias dos seus homólogos palestinianos. Assim, a grande diferença ideológica reside essencialmente, do ponto de vista anarquista, em trabalhar com as decisões da sociedade civil palestiniana e dos comités de resistência popular, contra a opressão e a ocupação. Contudo, em traços gerais, tudo gira em torno de uma palavra: auto-determinação.

Se num dicionário a palavra auto-determinação, aplicada ao campo político, significa a livre escolha de um estatuto político e de um desenvolvimento social, económico e cultural, nesta máquina neoliberal, a auto-determinação concebe-se dentro da noção de Estado, portanto enquanto auto-determinação nacional, envolvendo um povo e um território. Todos os processos de auto-determinação vão ao encontro de noções fixadas por entidades e organismos que apenas concebem os direitos das pessoas dentro dos limites constrangedores e limitadores dessas noções. Assim, não existem mecanismos que contemplem as legítimas reivindicações de uma população a, simplesmente, viver a sua vida nas suas terras, sem se submeterem a uma forma de organização política de acordo com o que essas mesmas entidades reconhecem como adequada. Mas, para que haja auto-determinação dos povos, terá de haver "povo", algo que ligue as pessoas entre si, as pessoas que constituem esse grupo, essa comunidade, esse povo. Muito sucintamente, no caso europeu, os povos agruparam-se dentro de limites territoriais que mais tarde se definiram como Estados. No caso de Israel, o *ser judeu* é algo que, ao nomear-se como tal, definiu-se na opressão e subverteu os princípios falseados do racismo e, em particular, do anti-semitismo, contudo é importante realçar que o *ser judeu* transcende o judaísmo enquanto religião. Enquanto o *ser palestino* é definido em relação à realização do *ser judeu* na Palestina, portanto inseriu-se também na categoria de povo oprimido. Por um lado, a comunidade judaica, através do movimento sionista[11] e as suas ramificações, acabou por estabelecer o seu território na Palestina, com base num colonialismo moderno, na ocupação e, continua as suas práticas expansionistas. No caso palestiniano, o povo formulou-se como um todo no quadro de resistências à contínua opressão e repressão exercida pela soberania israelita sobre um território que habitavam e habitam.

O dispositivo[12] imperialista, implantado no Médio Oriente e em particular na Palestina/Israel, tem vindo a ser reformulado pela ideologia política sionista[13]. Esta ideologia praticada pelos sucessivos governos de Israel tem características nacionalistas e proteccionistas muito vincadas. Se por um lado, as esquerdas viram a criação de Israel como a possível concretização de um grande projecto revolucionário, algo com cariz quase utópico, mas também algo que pudesse envolver a noção de refugiado[14], como uma condição inovadora questionando a noção de estado-nação, a partir dos anos 80, este sonho foi perdendo consistência com as evidências da violência das práticas dos governos sionistas. Ainda assim, uma estranha mistura de esperança, entre realismo e ilusão, apesar de enquadrada no sistema definido pelas democracias ocidentais, permanece, como quando Alain Badiou escreve em 2006 que a fundação

---

[11]. O movimento sionista é composto por várias correntes e apresenta diferentes definições. Por exemplo, para Noam Chomsky, na entrevista intitulada "*Israel in global context*", datada de Junho 1997, o "*sionismo significava uma oposição a um estado Judeu. O movimento sionista só se revelou oficialmente a favor de um estado Judeu por volta de 1942. (…) Durante muito tempo, o movimento sionista opôs-se à criação de um estado Judeu, porque tal Estado seria discriminatório e racista.*". Consultável em linha: http://www.chomsky.info/interviews/19970609.htm

[12]. Idem nota 9.

[13]. Tendo em conta que a palavra sionismo envolve várias definições e percepções sensíveis, é preciso especificar que a utilizamos neste texto como a prática de uma ideologia política expansionista e opressora. Não estamos a invalidar uma aspiração histórica, nem o legítimo desejo de segurança que o sionismo representou e representa para um grupo de pessoas de confissão e/ou de cultura judaica, mesmo se esta aspiração e desejo apenas se enquadram na noção que contestamos no geral de estado-nação. O sionismo formulou-se principalmente na Europa Oriental no contexto dos progromes (Rússia 1881-1882), do anti-semitismo, das opressões e repressões. Teve vários teóricos e pensadores como: Léon Pinsker (Rússia, 1821-1891), teórico da soberania nacional judia; Aaron David Gordon (Rússia, 1856-1922), profeta inspirado por um regresso à natureza e ao trabalho agrícola; Theodor Herzl (Austro-Hungria, 1860-1904), fundador do sionismo político; Bernard Lazare (França, 1863-1903), a favor de um sionismo anarquista e internacionalista; Martin Buber (Áustria, 1878-1965), a favor de um Estado único, ético e pacífico; Ber Borochov (Rússia, 1881-1917), teórico do sionismo marxista e Yossef Haïm Brenner (Rússia, 1881-1921), por uma identidade judia secular liberta da tutela religiosa.

[14]. Sobre a noção de refugiado, Hannah Arendt e Giorgio Agamben trouxeram-nos uma pequena luz, em que a condição de refugiado funcionaria como um paradigma de uma nova consciência histórica que envolveria o declínio do estado-nação e potenciaria a formação de uma comunidade política ainda por vir.

de Israel «*foi um contra-acontecimento, parte de um contra-acontecimento maior: o colonialismo, a conquista brutal por parte de gente vinda da Europa de uma nova terra onde vivia já outro povo. Israel é uma mistura extraordinária de revolução e reacção, de emancipação e de opressão. O estado sionista tem de se tornar o que continha em si de justo e de novo. Tem de se tornar o menos racial, o menos religioso e o menos nacionalista dos Estados. O mais universal de todos eles.*»[15]. Por outro lado, verificamos que as circunstâncias históricas da criação do Estado de Israel formularam-se com base no estado de excepção[16] que persiste até hoje. Ao formular um estado de ameaça contínua, que necessita de um exército permanente ao serviço da defesa, que funciona num vazio legal, legitimando acções ilegais, validando a impunidade mundial e alimentando o capitalismo e o mercantilismo[17], o Estado de Israel exerce a sua soberania[18] - com variantes legais de acordo com o estatuto atribuído às origens de cada indivíduo - sobre toda a população na região. Embora a prática de um colonialismo tardio, que se revela como *a forma mais elaborada do necropoder*[19], tenha consequências sociais desastrosas, também abre uma possibilidade inesperada em termos anarquistas nos Territórios Ocupados[20] como podemos verificar com o trabalho desenvolvido pelos comités de resistência popular em conjunto com outros grupos e colectivos como os Anarquistas contra o Muro (AAtW)[21].

**3 - Colocar mais umas peças**

Temos frequentemente uma percepção ideológica preconcebida, ou generalizada, de três assuntos prementes para o pensar anarquista relativamente à Palestina: o uso da bandeira; a questão do nacionalismo; a questão da criação de um Estado Palestiniano. São três assuntos que resistem ao pensamento anarquista por serem incompatíveis. Contudo, num contexto de opressão contínua, merecem alguma atenção.

15. Alain Badiou, "*The question of democracy*", Lacanian Ink, nº28, Outono de 2006, p.59.
16. Segundo Agamben (2010) o estado de excepção viu os seus mecanismos e dispositivos criados a partir da primeira guerra mundial para servirem como modelo de governo. O estado de excepção constitui um vazio de direito, em que os decretos surgem como força de lei, baseando-se, por exemplo, na ameaça constante e nas respectivas politicas securitárias.
17. Retomamos aqui a palavra mercantilismo como sendo "*uma determinada organização da produção e dos circuitos comerciais segundo o princípio de que, em primeiro lugar, o Estado deve enriquecer pela acumulação monetária, em segundo, deve reforçar-se pelo aumento da população, em terceiro, deve estar e manter-se num estado de concorrência permanente com as potências estrangeiras.*" (Foucault, 2010, 29)
18. Aqui a palavra soberania, intimamente ligada à noção de estado-nação (um conceito em que não nos revemos ideologicamente), remete para a definição de Mbembe, partindo de Foucault, i.e., como sendo a expressão do poder e da capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Ver Achille Mbembe, «*Nécropolitique*", Raisons politiques, 2006/1, p. 29-60. DOI: 10.3917/rai.021.0029.
19. Ver Achille Mbembe (op.cit, p.43).
20. Os chamados Territórios Ocupados remetem para a Cisjordânia, dentro do limite da linha verde – ou a fronteira antes da guerra dos seis dias em 1967 – e para a zona dos Golãs, território sírio, igualmente ocupado por Israel desde 1967.
21. Ler "*Israeli anarchism: Statist dilemmas and the dynamics of joint struggle*" de Uri Gordon em Dysophia nº3, Junho 2012, pp.30-46, consultável em linha: https://dysophia.files.wordpress.com/2012/05/dysophia3web.pdf

Ainda que múltiplas insurreições, ou uma revolução social, sejam o ideal para derrubar o sistema que nos oprime, não podemos esquecer a realidade social e política que nos rodeia. Quer na revolução, quer na construção colectiva, o anarquismo surge como um meio, não um fim. Fornece-nos instrumentos e ferramentas para construir colectivamente formas de organização social em que o ser humano ocupa o espaço todo com a liberdade individual e colectiva, com a solidariedade baseada no princípio de apoio mútuo e com princípios decisórios horizontais para todos os aspectos das nossas vidas. Se neste momento precisamos de anarquistas para todas as insurreições, para as revoluções ainda por vir, simultaneamente, também precisamos dessa construção colectiva.

Enquanto as vozes populares dos povos submetidos aos Estados gritam por uma "democracia *real*", as vozes palestinianas gritam pela água, gritam pelas suas casas e terras. Gritam contra a ocupação, contra o *Apartheid*, contra o muro, contra as detenções administrativas. Enquanto milhares de pessoas invadem as praças dos seus países, a fragmentação territorial e as barreiras que impedem a movimentação de pessoas e bens na Cisjordânia, levam a uma extrema organização e coordenação de cada comité de resistência popular em cada aldeia, campo de refugiados, vila ou cidade na luta por coisas muito simples e básicas, como o direito a viver.

É importante esclarecer que o uso da bandeira palestiniana durante as manifestações é muito mais um acto de resistência e irreverência, obviamente reprimido, do que a expressão de um nacionalismo visto e concebido segundo o nosso ser "ocidental". Quanto à questão do nacionalismo palestiniano, resume-se muito mais a uma identidade camponesa desapossada que, além de nunca ter tido a oportunidade de se pronunciar sobre o seu próprio destino, separou-se rapidamente da pura retórica nacionalista árabe e das elites locais para formar a sua identidade palestiniana na luta contra o sionismo[22].

Sem aprofundar as distinções teóricas elaboradas pelo anarquismo sobre as noções de estado-nação-pátria. Podemos ver duas grandes tendências anarquistas na abordagem ao nacionalismo. Para Proudhon e Bakunine, há que negar qualquer pertença nacional, como algo que aliena e manipula, e procurar uma pertença universal sem fronteiras. Para Kropotkine, o nacionalismo faz parte de um processo histórico para alcançar uma organização social ideal. Portanto, neste sentido, o nacionalismo seria um passo necessário para a auto-determinação e, depois, o internacionalismo. Mas para Kropotkine o processo de auto-determinação nacional não tem necessariamente que se inscrever num território definido e delimitado. Anarquistas como Bernard Lazare e Hillel Solotaroff, partindo do pensamento de Kropotkine, criaram uma ruptura com todos os princípios anarquistas ao introduzir a condição de uma comunidade judia, como um grupo homogéneo nacional pelas circunstâncias históricas comuns, principalmente quando mais tarde apoiaram a necessidade de um território para acolher essa comunidade: a Palestina.

A questão em torno da criação de um estado palestiniano prende-se essencialmente com os discursos e princípios definidos pelas democracias ocidentais. Se inicialmente, houve o desejo das elites árabes, em negociações íntimas com os britânicos, para a criação de um grande estado árabe, a ideia de um território/estado palestiniano formulou-se no seio das manobras da SDN/ONU[23], i.e., uma entidade externa que dita as regras internacionais, principalmente com o aquiescer de alguns Estados que assinaram e "aderiram" aos seus princípios, cartas, declarações e que procuram auto-legitimar as suas decisões internacionalmente acrescentando sentido à própria noção de estado-nação e validando a ingerência. Vemos que segundo o sistema actual, a única entidade que garante os direitos colectivos e individuais de um povo vivendo em determinado território é a submissão de uma população ao poder de um Estado. Ainda que o Estado, para ser reconhecido como tal deva apresentar as seguintes características gerais: 1) ter um território; 2) ter uma população permanente nesse território; 3) ter uma forma de organização politica; 4) manter laços diplomáticos com outros países. Curiosamente, estas características nem sempre contemplam os limites do território, nem o número de habitantes ou a deslocação em massa de populações e ainda menos indicam que a organização política terá de se enquadrar no paradigma democrático ocidental.

O que é certo é que outra forma de organização social é possível, basta construí-la colectivamente. Contudo, não havendo ainda esta construção e sendo o paradigma

---

22. A palavra sionismo remete aqui para o sionismo político de carácter expansionista (ver nota 13). Ler o artigo de Maciel Santos, "*Palestinianos desde quando? Um livro sobre os nacionalismos da Palestina*", Folhas Soltas nº3, Outubro 2013, pp.11-16.

23. A Sociedade das Nações/Liga das Nações surgiu depois da 1ª Guerra Mundial (1919) e foi substituída pela ONU – Organização das Nações Unidas – depois da 2ª Guerra Mundial, em 1945.

ocidental de democracia amplamente implementado, se as aspirações do povo palestiniano estão direccionadas para formarem um Estado, será uma aspiração legítima, dadas as circunstâncias da opressão, ocupação e segregação, mas também as circunstâncias políticas, exactamente como as aspirações do movimento de libertação nacional sionista, ou outros movimentos de libertação, seguiram esse caminho. Na verdade, o movimento sionista tinha todos os instrumentos práticos e teóricos para seguir uma senda totalmente diferente, como a experiência dos *kitubtzim* deixou entrever. Contudo, não aconteceu, possivelmente por causa de interesses que ultrapassam a nossa compreensão e pelas circunstâncias históricas da 2ª Guerra Mundial. Um profundo nacionalismo de direita e extrema-direita apoderou-se da sociedade israelita e os resultados encontram-se facilmente através da expressão das forças políticas predominantes no governo. Neste contexto, a verdade é que uma aspiração do povo palestiniano por um Estado surge como aquela que vai garantir os direitos do povo palestiniano, mesmo que se submetendo a outro opressor.

Surgem-nos imensas questões para as quais não temos respostas definitivas a longo prazo. Apesar disto tudo parecer incompatível com os princípios anarquistas, os grupos anarquistas em Palestina/Israel continuam a desenvolver um trabalho importantíssimo com os comités populares locais. Assim, na luta contra a opressão, quer seja local, quer na distância, como construir um compromisso *refugiado* por natureza e ideologia, mas empenhado no trabalho fundamental desenvolvido com as comunidades locais com base na solidariedade?

Porto, 2015 (actualizado em Maio de 2016)

# Rojava:

# a revolução que o Ocidente ignora

***Nico Ribas*** e ***Alaia Rotaeche***

O Curdistão é um território reclamado pelo povo curdo e que abarca zonas da Turquia, Síria, Iraque e Irão. Rojava situa-se entre o norte e o nordeste da Síria. O povo curdo é considerado o maior grupo étnico do Médio Oriente, com cerca de 30 milhões de pessoas, historicamente submetido a perseguições e genocídios. Há um século teve lugar o acordo de Sykes-Picot, no contexto da Primeira Guerra Mundial, momento histórico em que os curdos reivindicaram um Estado próprio. Em agosto de 1920 assina-se o tratado de paz de Sèvres entre o Império Otomano e as potências aliadas, que acorda um território político para a construção do Curdistão. Porém, em finais de julho de 1923 assinam-se os acordos de Lausana, que estabelecem as fronteiras da Turquia moderna e a aspiração curda ficou em papel molhado.

No quadro da Guerra Civil Síria, no conflito bélico que estalou em março de 2011, a região declara-se como autónoma e independente de facto na revolução de novembro de 2013. Em janeiro de 2014 aprovam e põem em funcionamento o "contrato social", um termo não estatista usado em vez de "constituição". Habitada por uma maioria curda, Rojava decidiu opor-se tanto a Bashar al Assad como à oposição síria, criando a sua particular utopia, em que anarquismo, ecologismo e feminismo convivem ao serviço da revolução. Organizam-se mediante assembleias baseadas no confederalismo democrático, conceito criado e desenvolvido por Abdullah Öcalan, líder curdo e presidente do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). É uma organização civil baseada, como se disse, na democracia direta, com inclusão religiosa e étnica, ecologismo e feminismo; estes fatores combinam-se com o objetivo de chegar a uma sociedade justa e em paz.

O confederalismo democrático bebe de fontes políticas, filosóficas e antropológicas muito diversas. Em primeiro lugar é importante notar que as suas conceções estão sustentadas desde a base. Tal como explica David Graeber, antropólogo e anarquista norte-americano que conhece esta realidade em primeira mão, as forças de segurança são responsáveis perante as estruturas da base para o topo e não do topo para a base, como estabelecem as instituições de democracia direta como o TEV-DEM (Movimento da Sociedade Democrática). É uma estrutura não hierárquica, baseada na horizontalidade. Deste modo, as assembleias e os conselhos são o meio reconhecido para a construção do seu projeto político. Assim temos assembleias de rua, de bairro e de cidade, que respondem a uma assembleia geral democrática. A ideia é criar uma matriz política através de comunas, com o objetivo de que o povo tenha poder de decisão e possa participar nas decisões políticas, económicas e sociais de forma eficaz. O nível político que se segue são os conselhos, até chegar ao Conselho Popular de Rojava. As comunidades formam-se de

acordo com os distintos âmbitos da vida política, e as Unidades de Proteção Popular Curda (YPG) são o braço armado oficial do Comité Supremo Curdo, cujas milícias defendem o território reclamado por ele. Este facto é fundamental porque, ao ser um território não reconhecido pela comunidade internacional nem pelos seus países vizinhos, tem que defender-se daqueles que querem voltar a tomar o controlo do Curdistão.

**Nova política, multiculturalismo e feminismo, chaves da nova sociedade**

A forma de organização política curda ancora também as suas raízes na filosofia e nas ideias de Murray Bookchin, fundador da ecologia social ou anarquismo verde. Bookchin foi um historiador, professor universitário e investigador norte-americano. É um modelo descentralizado e localista que propõe a construção de uma sociedade ecológica, baseada no desenvolvimento sustentável entre a biotecnologia, a tecnologia adequada, a arquitetura sustentável e uma economia cooperativa. Lutam pela auto-suficiência, em parte porque não lhes resta outro remédio. Rojava vive debaixo de um bloqueio económico e não pode exportar nem importar do seu vizinho mais próximo, a Turquia, a qual gostaria de terminar com o projeto curdo. De facto, neste mesmo momento, a Turquia está a massacrar o povo curdo de forma deliberada, sem que haja resposta alguma por parte da ONU e da comunidade internacional. Nesta Rojava revolucionária há lugar para todas as culturas, religiões e línguas. Ainda que a maioria dos seus habitantes sejam curdos, há um número importante de árabes, assírios, chechenos, arménios… e nos seus pontos chave estão tanto a separação do Estado (ainda que não haja um Estado como tal) e a religião, como o reconhecimento de todos os idiomas e de todas as religiões, a igualdade de oportunidades e a não discriminação. As minorias não curdas têm além disso as suas próprias instituições. De facto, nessas assembleias populares, multiculturais e multirreligiosas em que se tomam as decisões, os três máximos funcionários de cada municipalidade devem ser um árabe, um curdo e um cristão, e pelo menos um dos três deve ser uma mulher.

Este aspeto, o da mulher, é o epicentro desta nova sociedade. "A revolução em Rojava é uma revolução da mulher", afirma Melike Yasar, representante do Movimento Internacional de Mulheres Curdas, numa reportagem do meio de comunicação "Resumen Latinoamericano". E é verdade; o empoderamento da mulher é um objetivo chave.

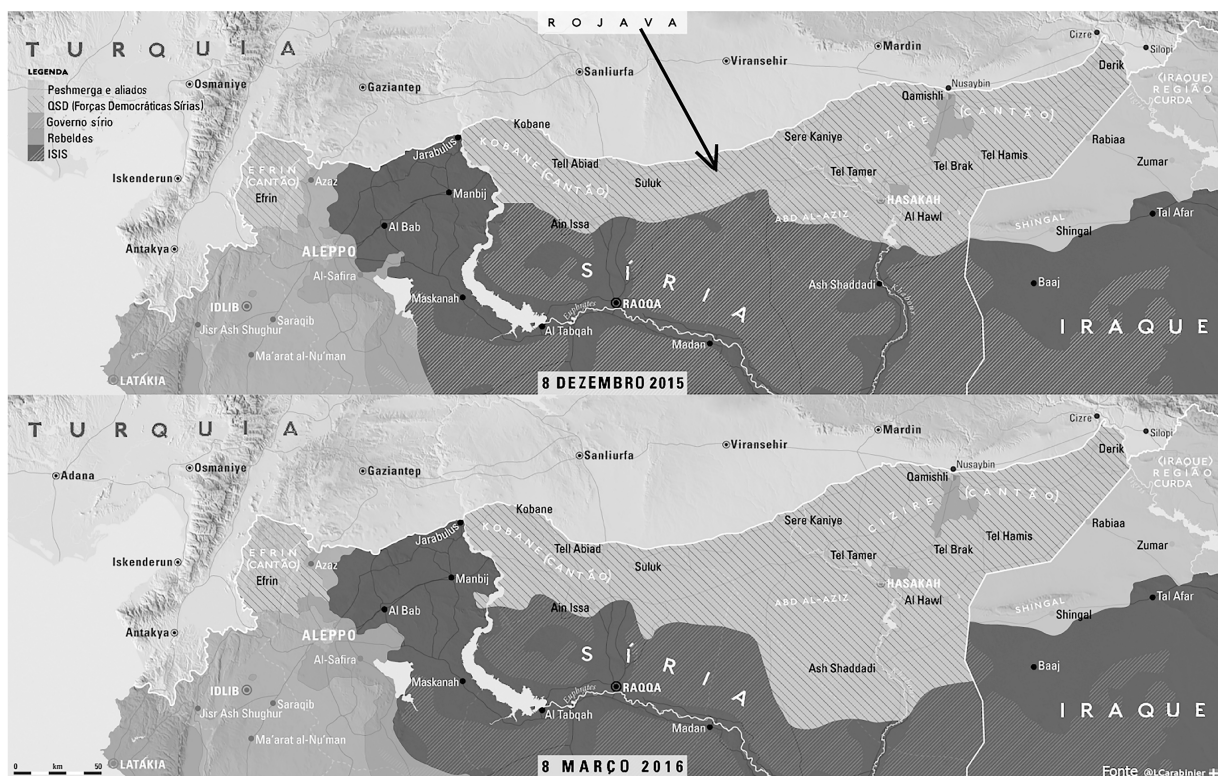
1

2

Não se trata de algo que siga paralelamente à revolução, mas antes isso constitui a revolução. Em Rojava, como afirma Daniel Graeber, vão mais além e creem honestamente nos valores feministas que, no Ocidente, não passam de teóricos. E traduzem-no em factos.

Algumas das "leis" fundamentais desta nova comunidade são claras nesse sentido. Proíbe-se o matrimónio antes dos 18 anos, a circuncisão feminina e a poligamia, e estabelece-se a igualdade entre o homem e a mulher; todas elas, medidas para combater o patriarcado existente tanto na sociedade oriental como, de forma mais velada e por isso não menos perigosa, no Ocidente. Em Rojava, nas assembleias de tomada de decisões, na política, na vida militar, a mulher tem um papel imprescindível. "As mulheres são para esta revolução o que o proletariado foi para as revoluções marxistas-leninistas do século passado", assinala a autora Janet Biehl numa reportagem para "Roar Magazine".

**Milicianos formados**

As milícias recebem formação política e feminista e a educação joga um papel chave. Como assinala Melike Yasar, todas essas mulheres que levam uma arma entre as suas mãos também levam um lápis. A cultura e o empoderamento feminino, impulsionado também pelos homens, claro, vai lado a lado com a ação militar. A milícia Estrela YJA (União de Mulheres Livres) reúne todas essas

mulheres, o que supõe uma dura resistência ao terrorismo do ISIS, resistência militar e ideológica. Neste sentido, muitos autores, entre eles o próprio Graeber, estabelecem um paralelismo entre estas milícias e as Brigadas Internacionais espanholas. Porém, apenas uns 10% das mulheres de Rojava combatem o ISIS; as restantes dedicam-se à construção política e dessa nova sociedade experimental.

Os curdos (e as minorias que vivem com eles) deram-se conta, nas palavras de Graeber, de que a verdadeira revolução e a construção de um novo modelo de sociedade passa pela libertação da mulher: “Não nos podemos desfazer do capitalismo sem eliminar o Estado, não nos podemos livrar do Estado sem nos livrarmos do patriarcado”. Porém, uma vez que é o epicentro da revolução, a libertação da mulher também é o seu problema mais complicado, já que algumas comunidades árabes sentem que isso viola alguns dos seus princípios religiosos. Todavia, para as instituições de democracia direta de Rojava (o TEV-DEM) tal é um passo incontornável para a mudança autêntica.

Kobane não tem valor estratégico para o ISIS, mas sim um valor propagandístico. Para ele é importante a propaganda da vitória. O ISIS luta não contra os curdos, mas sim para destruir este novo sistema. Ser derrotados por uma sociedade feminista, multicultural, sustentável… é a maior das humilhações para ele. Por isso é um objetivo chave para a organização terrorista. Tampouco o Ocidente, a Turquia, a Arábia Saudita, o Irão… querem que a experiência de Rojava tenha êxito, porque tal sacudiria todos os valores em que se cimenta a sociedade internacional atual.

3

Este texto foi publicado originalmente no semanário digital "La Linea de Fuego" (http://lalineadefuegodig.com/2016/01/17/2316/).

**Fotografias:**

**1.** Um grupo de meninos depois de cantar o hino de Rojava numa escola de Qamishli (Rojava). John Moore / Getty, via slate.com

**2.** Combatentes das milícias do YPJ num campo militar em janeiro de 2015. Rodi Said/Reuters, via blogs.reuters.com

**3.** Milicianos da Ação Anarquista Revolucionária (DAF) preparam-se para combater o ISIS na frente de Kobane. Via crimethinc.com

# Es.Col.A.

## de saberes e de contradições

*Luís Chambel*

Quando nos debruçamos sobre o processo de uma okupa - independentemente daquilo que é a sua história e o seu impacto na vida dos protagonistas e ao seu redor - o nosso olhar sobre esse processo parte sempre da perspetiva de que a propriedade é um roubo, tal como definiu Proudhon[1], juízo esse que não é partilhado por muitos dos nossos interlocutores, que podem contudo, num caso ou noutro, considerar justificável ou até positivo que se tenha agido para pôr de pé um espaço assim, resgatado à completa inutilidade e, mesmo, à degradação física de materiais que o tempo e o desuso inevitavelmente acarretam.

Saber o que pensam os nossos interlocutores e vizinhos deve merecer-nos algum cuidado? E se sim, esse modo de ler alheio deve tolher os nossos passos? Ou deve orientar melhor a maneira de fazer? É isso que se aborda neste texto, na tentativa de que possa ser útil noutras circunstâncias.

Que lugar se deve deixar à espontaneidade criativa e à liderança na construção de um processo? No caso Es.Col.A. nada seria possível sem o papel central que jogou um coletivo libertário, que embora enquanto grupo, fosse internamente bastante diverso, definiu, e bem, a orientação e liderança da okupa. Não apenas no impulso gerador, mas também na formulação de uma agenda que naturalmente, depois, a assembleia teria sempre de ratificar. O conhecimento de processos de estimulação e de decisão assembleários e a experiência organizativa tiveram aqui um papel central na condução de um processo no qual a direção não tinha um sentido de "comité central", mas em que sempre se submetia às prerrogativas obtidas por consenso em assembleia ampla e devidamente anunciada. Um certo saber e engenho que transparece logo no primeiro momento de cristalização da experiência com a sua brilhante denominação Es.Col.A. (e que não se pode copiar mecanicamente, claro).

As condições externas de assentimento a desobediências ao postulado da propriedade privada são mutáveis e produto das ideias emergentes ou das experiências transformadoras.

Em condições de aceitabilidade muito mais favoráveis do que de antemão, após o 25 de abril, conhecem-se experiências de ocupação em que os protagonistas, mesmo assim, numa fase de poderes policiais muito mais diluídos, se reuniram à noite, armados com o que podiam ter à mão, para irem proceder à ocupação pretendida. E, todavia, o vento soprava a favor, naquilo que era o sentimento geral. Mas não havia uma "tradição" revolucionária estabelecida. Por isso o desuso torna mais difícil avançar no que é fraturante. E o uso só por si também não faz de qualquer processo que seja fraturante.

Mas ser fraturante é, por sua vez, um valor em si?

Ocupar um espaço só faz sentido ou porque isso permite viver livremente a nossa vida e os nossos projetos sem amarras, o que vale só por si, ou porque, além de tudo isso, ainda permite pôr de pé um espaço social.

O projeto social libertário, todavia, não é processo afim ao protagonizado pelos católicos ou os comunistas, aqui não há de um lado os protagonistas e do outro os destinatários, social e assistencial são coisas diversas e uma confusão acerca deste aspeto não deve ter lugar entre nós. O espaço deve ser "feito" por todos, em plano decisório horizontal.

Analisar o projeto Es.Col.A. é mais uma vez elucidativo quanto a isto. Mas é também claro que na ausência de um programa de autodeterminação própria interiorizado, o que é mais fácil é sempre esperar que alguém faça por nós. Por exemplo, quem se disponibiliza para ir reciclar a comida ao mercado? E quem a come?

Também é certo que sem meios próprios de locomoção à distância as soluções podem tornar-se mais difíceis.

E se o espaço é social, deveremos impor o nosso modo de vida ou apenas partilhá-lo, para que possa ser aprendido? Como as escolhas alimentares, por exemplo.

Questão diferente serão as desigualdades ou imposições de género, autodeterminação sexual, ou até de preferência de estatuto social (em escala idêntica ou invertida do modelo dominante). Aqui o combate deve ser implacável, ainda que se deva sempre fundamentar.

E depois, o sítio que se ocupa é sobretudo um espaço de habitação, ou um espaço para o projeto social? No caso de uma escola, quer a funcionalidade que se pretendia reaver, quer o tal olhar dos interlocutores próximos, determinante em grande parte para a aceitação plena do projeto, apontava evidentemente para a exclusão do espaço habitado.

Ainda que nada haja de conflituoso entre o habitar à noite e o formar de dia. Ainda que possam ser aduzidas razões de segurança do espaço para aceitar a habitabilidade. Mas todas as escolhas têm que ser pesadas nas suas consequências.

A questão do recurso ao dinheiro foi outra das discussões que perpassaram no processo Es.Col.A., que este foi capaz de levar a bom porto, sempre por meio da discussão aberta em assembleia.

Uma das razões que explicam o êxito do projeto Es.Col.A. prende-se com a presença entre os protagonistas da ocupação de uma fração libertária local, enraizada minimamente no bairro. A existência desta fração, acompanhada da memória sensível das pessoas sobre um espaço a que estiveram ligadas, fez meio caminho do interesse gerado à volta desta okupa.

Outra das razões evidentes do êxito alcançado pelo projeto Es.Col.A. repousa no seu cuidado com a comunicação. No fundamental, o projeto Es.Col.A. foi o porta-voz do projeto Es.Col.A. Evidentemente que o seu princípio de não exclusão por razões ideológicas acabou por trazer ao espaço muitos “amigos” que não deixariam de faturar o projeto a seu favor, caso o pudessem, num jogo político de afirmação da sua influência, quer junto dos seus observadores do seu próprio partido, quer junto de potenciais eleitores.

Assim, jornalistas, políticos e outros foram também tentando intervir em nome do Es.Col.A., quer por interesses de agenda própria, quer num caso ou noutro muito residual, por solidariedade genuína.

A grande manifestação do 1º de maio não pode ser retirada deste contexto, ela acabou por exprimir não o crescendo da influência libertária sobre as ideias e o modo de vida real das pessoas, alterando, pouco ou muito, o seu quotidiano, mas mais uma ampla “unidade de esquerda” dos opositores à política vigente da Câmara Municipal do Porto, ou até mais expressamente a oposição à pessoa de Rui Rio. Ora, para este “programa”, o Es.Col.A., era mais uma acha para a fogueira, que interessava a variadas forças políticas, sobretudo quando iam ficando cada vez mais próximas as eleições para a autarquia.

A boçal atitude dos poderes municipais face ao projeto facilitou este alargamento do “apoio”. É lógico que com esta política municipal qualquer possibilidade de compromisso era restrita.

A existência de uma associação constituída implicava a aceitação claramente expressa de que este era apenas um meio legal de resistência, e não um método de decisão e direção do processo. Os interlocutores (em delegação do Es.Col.A.) com as autoridades civis tendo sempre que respeitar o mandato da assembleia claramente expresso, sem qualquer poder para além disso. O que aliás foi respeitado sempre, pelo menos nos primeiros contactos formais.

E deveriam estes ter existido? Ou isso foi um erro, pois a única forma aceitável de defender o projeto era o confronto? Mas o confronto, nestas condições sociais de compreensão e disponibilidade para a luta, não era fatalmente, o vazio? O vazio tal como é hoje, mascarado de centro de recursos?

Antecipando já o aproveitamento político do projeto, e rebelando-se contra isso, uma parte dessa fração libertária local acabou por deslizar para a facilidade de “institucionalizar” o espaço como “libertário”.

Marcou-o assim, visualmente e, com isso, criou uma fratura quer junto daqueles que, com uma perspetiva libertária se opuseram a essa forma de institucionalizar uma apropriação, quer junto dos que não estando próximos ideologicamente, se sentiram em espaço alheio e por isso mais se afastaram, ou finalmente aproveitaram o pretexto ótimo para o poder fazer sem má consciência.

E isto ainda que os protagonistas não tivessem uma intenção de proselitismo, mas apenas quisessem afirmar a sua identidade de opositores a todas as formas de aproveitamento político.

A cisão então criada debilitou em muito a força pública do projeto (que só foi, de novo, reforçada, quando a ofensiva policial se afigurou iminente), embora aí tivesse ocorrido uma curiosa situação na qual é preciso refletir.

Vendo afastaram-se os elementos externos ao bairro, contra os quais aliás, também pendia uma resistência surda, porque sendo muito capazes a nível das ideias gerais, não sendo do bairro a sua participação física manual na manutenção do espaço se tornava mais difícil e os desprestigiava em favor de outros (a velha questão de “falar muito mas não fazer nada”, sem um cuidado criterioso

na avaliação dos contributos possíveis de cada um), verificou-se uma interiorização maior do espaço enquanto seu por parte de uma fração local de jovens sem identificação libertária anterior (ou posterior).

Nunca como então – talvez porque foi possível, no entretanto, realizar os seus sonhos no espaço, como o ginásio, por exemplo – a participação desses jovens na assembleia foi tão efetiva e real, assumindo o projeto mais profundamente, além de responsabilidades voluntárias na sua defesa.

E isto volta a colocar em cima da mesa a discussão da inutilidade ou não de compromissos, da importância de afirmar um projeto de transformação real do quotidiano das pessoas, através da novidade da partilha trazida às suas vidas.

A questão que se coloca é a de fazer disso uma alavanca para a compreensão do mundo a que se pertence ou deixar-se ficar numa ilha.

Isso implica também a disponibilidade para o diálogo com os contrários, mas sem abdicar da luta para desmontar a organização social dominante, numa resistência que tem que ser inteligente e apropriada a cada caso, sem desfalecimento, permanente, propícia ao fortalecimento de uma corrente que vá alicerçando a insurreição de uma maneira sólida – criando alternativas de vida, que podem passar pelas mais variadas formas, por exemplo publicando um jornal, gerindo em comum um ateneu, organizando jovens, formando uma banda, cultivando um terreno, fazendo BD, apoiando a luta laboral, etc., etc., etc..

---

1. "Se eu tivesse de responder à seguinte questão: o que é a escravidão? E a respondesse numa única palavra: é um assassinato, meu pensamento seria logo compreendido. Eu não teria necessidade de um longo discurso para mostrar que o poder de tirar ao homem o pensamento, a vontade, a personalidade é um poder de vida e de morte, e que fazer um homem escravo é assassiná-lo. Por que então a esta outra pergunta: o que é a propriedade? Não posso eu responder da mesma maneira: é um roubo, sem ter a certeza de não ser entendido, embora esta segunda proposição não seja senão a primeira transformada? Eu tento discutir a própria origem de nosso governo e de nossas instituições, a propriedade" (Proudhon, "O que é a Propriedade?").
Tudo isto é ainda mais entendível em Kropotkin, cujas ideias, contudo, diferem em muito das de Proudhon: "(…) Para que o bem-estar seja uma realidade é necessário que esse imenso capital: cidades, casas, campos, oficinas, vias de comunicação, deixe de ser considerado propriedade privada de que o açambarcador dispõe ao seu bel-prazer. É preciso que tudo isso, obtido com tanto trabalho, se torne propriedade comum" (Kropotkin, "A Conquista do Pão").
Faz alguma diferença conhecer e concordar na essência com estas ideias? Faz alguma diferença saber que pontos de vista um e outro advogavam, embora distintamente? E porque, no essencial, apesar de tudo, diferiam de Marx?
Adianta isto alguma coisa à compreensão do processo de uma okupa pela nossa parte e pela parte dos nossos interlocutores? Ao caminho que ela vai trilhando?
E não são, sobretudo, ideias de antigamente? Ou melhor, é possível que junto com outras reflexões mais atuais aquelas ajudem a perceber o mundo em que vivemos?
E ainda: é uma inutilidade refletir porque é que os anarquistas recorrem regularmente ao arsenal teórico de Marx, desconhecendo (ou não querendo sequer conhecer) as propostas de teoria económica libertárias na desmontagem dos mecanismos de extorsão, ainda que por vezes contraditórias?
Ainda assim sabemos hoje muito bem aonde nos conduziram as propostas de Marx.
Mas o levantar no ar de uma reflexão já clássica, mecanicamente, não pode tornar-se uma espécie de propaganda ao estilo de guarda vermelho da chamada revolução cultural chinesa, agitando no ar os escritos anarquistas como se fossem as citações de Mao?
E, também por outro lado, a teoria não pode tornar-se uma salvaguarda que preserve de toda a ação?
Quê?

# Decifra-me ou te devoro:

## notas de um anarquista sobre a atual conjuntura política no Brasil.

desenho de *Ana da Palma*

***Leonardo Brito***

Poucas vezes na História do Brasil após o período de transição do poder militar para o civil em meados da década de 1980, o enigma da esfinge de Édipo foi tão adequado para caracterizar a história política recente do país. “Crise”, expressão que ganhou “corações e mentes”, o “senso comum”, as conversas do cotidiano, não consegue explicar em miúdos a acelerada conjuntura histórica dos últimos meses. O Partido dos Trabalhadores (PT) que governou o Brasil nos últimos 13 anos se vê na iminência de ser apeado do poder pela mesma coalizão político partidária que garantiu os termos da tão aclamada “governabilidade”, tão defendida por aqueles que crêem e labutam cotidianamente nos limites estreitos da incipiente institucionalidade liberal e pretensamente democrática que marca o Brasil desde a última quadra histórica do século XX.

O PT, nunca é demais lembrar, foi um partido que surgiu no seio das lutas sociais em fins da década de 1970, contra a ditadura civil-militar instalada em 1964. Partido de uma origem social plural foi bastante original para o Brasil, à época, fundado por sindicalistas (tendo como liderança maior Lula), intelectuais liberais progressistas, setores da Igreja Católica e correntes marxistas que viam naquela via partidária uma alternativa de esquerda para reformas sociais a serem implementadas no país. O bojo daquela luta era a chamada "redemocratização” e a refundação de uma institucionalidade liberal burguesa fundada nos pressupostos da democracia representativa moderna.

Da década de 1980 aos dias de hoje, o Partido dos Trabalhadores passou por profundas transformações no que tange a sua programática política e ideológica. Uma verdadeira “metamorfose da consciência de classe” de um partido que, mesmo dentro dos limites da democracia burguesa, buscava um quadro de reformas sociais, redução das brutais desigualdades existentes no País e que fazia esparsas remissões ao socialismo no que tange ao seu viés revolucionário.

Esse gradual processo de transformação a qual passou o PT, certamente atingiu seu zênite na vitória eleitoral da coalizão partidária liderada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Meses antes do pleito ocorrer, Lula e o PT, outrora críticos modestos da agenda neoliberal implementada no Brasil nos governos Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), adotam uma postura de conciliação e concessão absoluta às frações burguesas dominantes na sociedade brasileira. O documento intitulado “Carta aos Brasileiros” afirmava o compromisso na coalizão partidária, com iminente vitória eleitoral, a manter os postulados do modelo macro econômico adotados na década anterior (superávits fiscais, retração violenta do gasto do Estado em políticas sociais e pagamentos, a taxas de juros exorbitantes, ao capital financeiro rentista predominante no Brasil desde a abertura econômica ocorrida nos anos noventa). Feito isso, estavam dados os termos da “governabilidade” “necessária”, segundo o Partido dos Trabalhadores e aliados que passam a controlar o aparelho de Estado no Brasil.

Com nuances, os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-?) mantiveram o mesmo modelo societário neoliberal consagrado no Brasil pelas reformas privatistas e conservadoras dos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso). Houve, sem dúvida, diferenças no que tange à políticas setoriais de estímulo ao crédito e ao consumo de setores da população brasileira outrora excluídos deste mercado. No entanto, o eixo da dominação de classes e a “espinha dorsal” do modelo macroeconômico, já mencionado, se mantiveram. As coalizões governistas no Brasil (mesmo antes de 2003) foram construídas politicamente a partir de relações fisiológicas no aparelho de Estado e (isso fica muito evidente com a chegada do PT ao poder) com uma lógica de pacto de classes assentada no acentuado ganho do capital financeiro rentista e no ganho relativo dos setores subalternizados. PT e aliados de ocasião fazem sempre remissões elogiosas à “nova matriz econômica”, ao “novo desenvolvimentismo” rascunhado, após a crise global de 2008, de forma habilidosa, mas farsesca pela coalizão

governista no poder. Aliás, coalizão esta em vias claras de esfacelamento em função da impopularidade do atual governo Dilma Rousseff e da aliança tácita e explícita de setores político partidários (PSDB – Partido da Social democracia brasileira que de "social democracia" só se restringe à terminologia- e aliados) derrotados no pleito presidencial de 2014, com frações da mídia e do poder judiciário federal que não apresentam maiores pudores em rasgar a mesma legalidade institucional construída e consensuada por eles nas últimas décadas.

Para um observador desatento e, mesmo para aqueles atentos, mas filiados à esquerda institucional/ partidária, a narrativa que ganhou corpo acerca da atual crise brasileira trata de uma (pseudo) polarização programática e ideológica entre PT e PSDB. Nada mais inconsistente, tendo em vista a convergência evidente entre muitas das reformas (contra reformas, na prática) encetadas no Brasil nos últimos vinte anos (destaque maior às reformas da previdência realizadas neste período mencionado). Como permanência histórica, o custo da acumulação e de um modelo capitalista periférico brutalmente concentrador como o brasileiro recai sobre os trabalhadores, em especial aqueles em condições de vida e trabalho mais precarizados. Trabalhadores informais, terceirizados (aliás, terceirização da mão de obra esteve ao longo do ano de 2015 pauta do dia do Congresso Nacional) e subalternizados em geral que aderiram de forma muito modesta aos atos públicos do último 13 de março (marcado pela presença de setores médios e abastados do país e historicamente conservadores) e do dia 18 de março, que contou com a adesão maciça de setores governistas, da esquerda institucional e de camadas médias urbanas que assumiram o discurso da defesa da legalidade "democrática" institucional a ser rompida pelas ações de ruptura e "impeachment" postulada pelos setores declaradamente antipetistas. Importante notar que a adesão da parcela mais pauperizada da população brasileira foi irrisória nas duas grandes manifestações citadas, embora esta mesma parcela corrobore, ainda que de forma muito difusa, com o discurso oposicionista ao atual governo.

No último 12 de maio, consolidou-se no Brasil a ruptura institucional apregoada pelos setores ultraconservadores da sociedade civil. O golpe parlamentar, travestido de algum viés de legalidade (nunca é demais lembrar que a legalidade liberal desde seus primórdios nos século XVII, é seletiva e eivada de um idealismo que, justamente por ser um ideal absoluto, é historicamente impossível de se construir).

Neste contexto de ruptura das próprias regras do jogo da institucionalidade liberal erigida após 1985, chama-nos atenção, mais uma vez, a claudicante postura da esquerda sufragista aqui existente. Partidos com pouca expressão social, como PSTU, PSOL e Partido Comunista Brasileiro (PCB) declararam o caráter ilegítimo do governo interino do vice presidente Michel Temer. Com o perdão do trocadilho, talvez seja mais temerária a tergiversação destes setores que fazem acintosas críticas aos processos eleitorais da democracia burguesa, mas contraditoriamente a legitimam ao serem partícipes destes.

Talvez, mais esquizofrênico ainda seja a análise da própria presidente afastada que, em recente entrevista ao semanário Carta Capital afirma a absoluta incoerência de seu vice (agora presidente interino) em adotar uma agenda econômica ultra liberal, com poucas distinções daquela que a mesma vinha adotando desde sua reeleição, em 2014. Um receituário econômico marcado pela elevação das já exorbitantes taxas de juros realizadas no Brasil, estabelecimento de metas de superávits fiscais para pagamento do serviço da dívida pública financeira (condição *sine que non* para a complacência dos "sabujos do Mercado" para com os governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores, desde a primeira vitória de Lula). Com a palavra a presidente afastada:

> *Tenho a obrigação de até ao fim lutar contra o impeachment, porque ele é um golpe contra a democracia. É o que acontece com impeachment deste tipo, e dos golpes dados desta forma e que não contam com a intervenção dos tanques. Eles tentam ser hipocritamente o que não são. São camaleônico pós na essência. E ao mesmo tempo é como se eles fossem um parasita dentro das instituições democráticas (...) Este golpe é o que os alemães chamam de golpe frio, branco, cria-se um enfraquecimento do hospedeiro. O senhor Temer foi eleito com um programa que não é o que está adotando. Foi eleito com um programa referendado por 54 milhões de brasileiros e nada tem a ver com o propósito de acabar com programas sociais, diminuir a capacidade do Estado, liquidar o pré-sal, sair por aí privatizando. O governo foi capturado à força por quem pretende fazer um programa neoliberal em economia e retrógrado conservador em todas as demais questões políticas, culturais, da vida cotidiana dos cidadãos. É um programa marcado pelo fundamentalismo mais obscurantista, um governo de homens brancos aflitos pela misoginia. Ali não cabem mulheres e negros.*[1]

Entendemos que a memória é sempre um espaço seletivo de esquecimentos e lembranças das experiências pessoais e coletivas dos indivíduos, mas neste caso específico, não se pode permitir a narrativa farsesca construída pela presidente afastada. Afinal, quem foi a fiadora da pauta econômica restritiva de direitos dos trabalhadores meses após a sua reeleição. A Reforma da Previdência dos setores da iniciativa privada era o mote

da agenda do então ministro da Fazenda Joaquim Levy, quadro egresso da administração de um dos maiores bancos brasileiros (Bradesco) e ex-integrante da equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)? As frações "parasitárias" representantes da burguesia rentista já estavam presente no eclético arco de alianças construído em nome da governabilidade. Por que se tornaram um problema depois que estas mesmas frações só se tornaram parasitárias após o 12/05, segundo Rousseff? Antes eram comensais apenas? Que as esquerdas sufragistas no Brasil entendam o didatismo da atual conjuntura política. Os limites da pactuação de classes estão dados de forma cristalina e os limites das instituições liberais burguesas para uma pauta de fato transformadora da realidade há muito não eram tão expostas para o conjunto da sociedade civil.

Mas qual o papel dos militantes do campo libertário nesta conjuntura crítica?

1- Desconstruir de forma horizontal e coletiva, nos fóruns e espaços de luta que compomos, a ideia de que o que está em jogo é a manutenção desta "entidade" que parece pairar sobre as nossas cabeças, chamada de "Estado democrático de direito". A noção de democracia em vigor no Brasil está restrita a sua forma institucional, quando não, muitas vezes, traduzida na repressão e coerção direta às populações marginalizadas e situadas em grandes metrópoles como o Rio de Janeiro. Não podemos esquecer que a noção de segurança pública consagrada na cidade sede dos jogos olímpicos de 2016 é militarizada, segregacionista e extremamente violenta com tais classes subalternizadas. Aliás, é o Estado sendo o próprio "Estado", da forma qual foi proclamado por John Locke, o "pai" do contratualismo liberal moderno: "o Estado serve para garantir a propriedade". Desta forma escapamos da armadilha da defesa desta mesma institucionalidade que nos massacra, reprime greves e outros legítimos movimentos de luta da classe trabalhadora (um parênteses importante: o governo Dilma propôs em 2013 um projeto de lei que previa a restrição do direito de greve para os servidores públicos e, movidos pelos temores das grandes manifestações de massa daquele ano, enviou ao legislativo federal uma proposta de projeto de lei que tinha como objetivo "a luta contra o terrorismo", chegando à pantomima de incluir movimentos sociais historicamente organizados como passíveis de serem enquadrados como "terroristas").

2- Desta feita, lançarmos mão daquilo que Bakunin entendera como "instrução integral": "Entende-se agora porque os socialistas burgueses não pedem mais que a 'instrução' para o povo, um pouco mais que agora, e porque nós, democratas socialistas, pedimos para o povo 'instrução integral', toda a instrução tão completa quanto requer a força intelectual do século, a fim de que por cima da classe operária não haja agora em diante nenhuma classe que possa saber mais e que precisamente por isso possa explorá-la e dominá-la..."[2]. Neste sentido, auto instituir na consciência da classe (e não para a classe) uma consciência revolucionária forjada no cotidiano das lutas dos setores subalternizados em geral: trabalhadores do campo e das cidades e todos aqueles que sentem diuturnamente o "peso" desta legalidade institucional que constrói consensos pelo alto, e quando estes não são possíveis, não hesitam em utilizar da coerção direta. Esta legalidade institucional não nos contempla e essa ideia de democracia institucional significa muito pouco para nós libertários.

Ao fim e ao cabo, nos cabe à militância cotidiana, resiliente, mas não resignada aos ditames do capital. Nos cabe compreender e ressoar entre nossas fileiras e fora delas a ideia de que o Estado em nenhuma de suas formas históricas não nos atende. A nossa utopia é essa e mesmo que seja uma construção de longo prazo faz-se mais que necessário cultivá-la em nossas barricadas diárias.

O que está em jogo no Brasil é a disputa entre frações de classe que, no exercício da dominação direta, mostraram suas celeumas, construíram falsas dicotomias e rasgam ou mantêm uma institucionalidade liberal burguesa que é exatamente a antítese daquilo que acreditamos como uma sociedade livre. Daí a necessidade de decifrarmos a esfinge de Édipo, antes que sejamos devorados por uma disputa que expressa dissensos entre os setores dominantes do país e não a efetiva emancipação dos trabalhadores.

Saúde e Anarquia!

Rio de Janeiro, 30 de março de 2014 (revisto em Maio de 2016)

Leonardo Brito – Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro e atualmente ocupa a coordenação colegiada do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II.

---

1. *Carta Capital*. Ed. 902. 25/05/2016.p. 6 Entrevista concedida aos jornalistas Mino Carta, Sérgio Lírio e André Barrocal. A última frase da fala da presidente afastada faz referência à inexistência de negros e mulheres no primeiro escalão do governo interino e na extinção sumária das secretarias especiais de Políticas para as Mulheres e de Igualdade Racial, criadas em 2003 e alçadas à condição de ministérios.

2. Mikhail Bakunin. *A Instrução integral.* Primeira Edição, "L'Égalite". 31 de julho de 1689.

# Calais, terra queimada

***Hugo Dos Santos*** e ***Pedro Fidalgo***

Impossível compreender a situação dos migrantes de Calais sem ter em conta o território. Ao mesmo tempo fronteira, zona industrial empobrecida e campo de experimentação de um Estado Policial, esta cidade do Norte da França está recheada de tensões bem fora do comum.

É bastante revelador que o maior bairro da lata de França se pareça com uma aldeia. A famosa "Jungle" de Calais. Composta de centenas de barracas de madeira e com tendas instaladas ao longo de uma zona classificada Seveso[1] com mais de 400 hectares, entalada entre o mar, a zona industrial e uma via de auto-estrada que desemboca no terminal de Ferries que, por sua vez, faz correspondência com Dover, 6000 migrantes sobrevivem organizados esperando uma oportunidade para passar para o Reino Unido.

Numa várzea erodida pelo vento, associações humanitárias e colectivos militantes contribuíram para a criação de um lugar bem estruturado, uma autêntica cidade, mas em cima da lama. A avenida principal, que os migrantes chamaram ironicamente de "Champs-Elysées" está repleta de mercearias e restaurantes afegãos. Também outras ruas consideradas principais têm nomes pintados à mão em placas improvisadas. Quem visita a "Jungle" com certeza não se perde. Há uma escola (com aulas de Inglês e Francês), uma biblioteca ("Jungle Book"), um centro de informação para residentes, uma rádio ("Jungala Radio"), um teatro, enfim, numa grande tenda em cúpula diversas actividades são propostas, e até há discotecas e bares onde se capta facilmente Internet por wireless. Passeando um pouco, podemos observar locais de culto organizados por comunidade (igreja etiópica, mesquita sudanesa, por exemplo). Mas afinal esta "Jungle" não é uma selva? Não. Resumindo, na "Jungle" damo-nos cara a cara com tudo o que se tece num meio urbano normalizado dentro da economia capitalista, mas sem as estruturas do Estado (estradas cimentadas, transportes públicos ou caixas de correio...). Se não fosse esta terra húmida que emporcalha os sapatos e as calças de quem não vem preparado (melhor vir de galochas), a miséria a descoberto dos residentes e o facto de necessitarmos de pelos menos 20 minutos em bicicleta para chegar ao centro da cidade de Calais, podíamos imaginarmo-nos em qualquer outro lugar, pois, neste estranho aglomerado urbano já de si banalizado, toda a gente circula em liberdade noite e dia. Até curiosos e jornalistas se apressam em massa desde há alguns meses para cá, contentes com convites para tomar algo num ou outro salão de chá gerido por afegãos, e acabam mesmo por travar "verdadeiros conhecimentos", não deixando escapar porém a oportunidade para integrar a "experiência" nas respectivas reportagens. Mas perguntaria um leigo que tem visto muita televisão: Na "Jungle" não

há selvagens? Não, não há. A grande descoberta do século: os migrantes são seres humanos como outros quaisquer.

É de ter em conta que os activistas No Border presentes estão cada vez menos inclinados a responder às questões dos jornalistas desde que os mesmos foram acusados de "incitar os migrantes ao motim". Na Jungle há numerosos activistas e militantes humanitários, sobretudo britânicos. Segundo a associação local Albergue de Migrantes (Auberge des Migrants), a mediatização da sensacional fotografia do pequenino Aylan encontrado sem vida na praia turca contribuiu para a chegada de novos voluntários britânicos. Daí não se achar estranho cruzarmo-nos com estudantes, trabalhadores ou desempregados vindos do outro lado da Mancha para dedicarem fins-de-semana e férias à ajuda humanitária permanente (distribuição de roupa, centro de informação, aulas de alfabetização, etc.).

Salta aos olhos até que ponto a vida pode ferver na Jungle quando observamos o contraste que esta realça com a cidade cemitério que parece ser Calais. Fábricas abandonadas, o centro desertificado, casas e apartamentos desbaratados à venda e grupinhos fascistas que desferem ataques pelo crepúsculo. A cidade do Norte atravessa uma forte crise social. Calais tem 26,2% de desempregados (duas vezes a média na região) e um resultado de 49% da Frente Nacional na eleições regionais de 2015. Como tal, os migrantes são os primeiros e únicos bodes expiatórios da actual situação. Natacha Bouchard, presidente da Câmara, acusa sistematicamente os migrantes pela perda de 40% da actividade comercial que desertou do centro da cidade, afirmando que estes "metem medo aos ingleses", população fronteiriça na qual se baseou durante muito tempo a economia da região com o turismo e/ou o empreendimento estrangeiro. Ninguém comenta os centros comerciais e hipermercados sem alma construídos na periferia que parecem ser, numa cidade que viu desaparecer a sua indústria têxtil e mineira, o único garante de emprego e fonte de rendimento de famílias que consomem nessas mesmas grandes superfícies. Assim se veem famílias a gritar enraivecidas da janelas das suas casas ao verem manifestantes em apoio aos migrantes grafitarem no muro da empresa alemã LIDL "abaixo todas as fronteiras", como aconteceu na manifestação do 21 de Janeiro. Parece mesmo haver suficientes razões que justificam que alguns calaisienses possam esbanjar ódio racista, seja por agressões nocturnas organizadas a migrantes, seja por pais de "famílias honestas" que encontramos em manifestações de extrema-direita ("Calaisiens en colère") ao lado de patrões ligados à Câmara do Comércio e da Indústria portuária da cidade. Manifestações estas onde não é raro ouvir fascistas camuflados com roupas militares gritar que "em breve limparão a Jungle".

Até hoje, testemunham-se vários processos judiciais relacionados com golpes e ferimentos de migrantes, activistas e intervenientes humanitários, uma grande parte destes em seguida arquivados. Neste ambiente, é preciso não esquecer os 1300 polícias de choque que patrulham dia e noite a cidade e arredores, dando um ar austero e frio que relembra outras épocas mais inflamadas da história da França ocupada. Com estes elementos, podemos perceber porque é que os turistas ingleses evitam tal encantada pasmaceira. Alias, encontrámos muitos ingleses pela cidade, nos cafés e nos bares... Ignoravam estes que havia "migrantes que metem medo" à solta pela cidade? Não, conscientes da situação, voluntariaram-se para os ajudar.

A própria existência e o estatuto da "Jungle" de Calais têm herança numa história movimentada que começou muito antes da abertura do célebre centro de Sangatte. Como indica um artigo datado de 2009 no n.°187 do jornal Courant Alternatif, "esta história começou em 1995, data de chegada dos primeiros 'refugiados' de origem polaca. Depois em 1997, com a vinda de cerca de quarenta Romani de origem checa recusados pela Inglaterra. Em auxílio, algumas associações criam o primeiro 'comité de apoio a refugiados'. Seguem-se então as guerras imperialistas levadas a cabo pelos ocidentais na Jugoslávia, no Afeganistão e no Iraque, que levam milhares de pessoas a partir, muitas delas mergulhando bruscamente em direcção ao Estreito da Mancha. É assim que, em 1998, os bombardeamentos da NATO na Sérvia conduzem jovens kosovares e respectivas famílias até às praias de Calais, seguindo-se milhares de iraquianos e afegãos." Em 1999 abre o centro de acolhimento de Sangatte, gerido pela Cruz Vermelha. O edifício é um armazém de 27 000m2 pertencente à Eurotunnel e requisitado pelo Estado. Previsto para 800 pessoas no máximo, rapidamente dá abrigo a 1800. Voluntariados sucessivos aparecem para ajudar os migrantes clandestinos, o que faz com que rapidamente o abrigo se saturou, acabando por fechar em 2002. Em três anos, entre 60 000 e 70 000 pessoas transitaram neste centro. Segue-se ainda a ocupação destes edifícios abandonados ou de

campos no meio do bosque conhecidos pelo nome de "jungles" – palavra com origem em "dzanghal" que quer dizer floresta em Pashtun. As autoridades locais tudo fizeram para destruir sistematicamente as tentativas de instalação por parte dos migrantes, política esta que se enquadra numa época em que as emboscadas e a recondução de sem-papéis à fronteira se tornou um orgulho para os sucessivos governos franceses, a começar por Nicolas Sarkozy, ministro da Administração Interna entre 2005 e 2007. Em 2009, o desmantelamento brutal de uma "jungle" onde viviam mais de 700 pessoas é filmada e integrada no filme "Qu'ils reposent en révolte". de Sylvain George, uma das mais belas testemunhas cinematográficas da passagem temporária dos migrantes em Calais e que permite dar alguma visibilidade ao fenómeno até aí pouco abordado pelos médias. A partir de Setembro de 2014, o número de migrantes na cidade explode exponencialmente. Em Junho de 2015, contamos 3000 e, em Outubro, cerca de 6000 pessoas apertadas neste "campo de várzea" chamado "Jungle", vindos de diversos lugares: Afeganistão, Irão, Paquistão, Curdistão, Palestina, Somália, Egipto, Kuwait, Sudão, Eritreia e Síria.

Face a uma pressão demográfica que se amplifica, as associações locais e as ONG lançam-se numa racionalização do espaço. Constroem-se infra-estruturas colectivas, furos de água, traz-se material para construir barracas e tendas. Os habitantes organizam-se por comunidades, nomeadamente para a alimentação e questões religiosas. As mulheres e famílias são alojadas à parte. Ao passearmos cruzamo-nos sobretudo com rapazes, muitos deles menores, agarrados aos telemóveis que carregam em tendas equipadas com electricidade, passam o tempo à espera da noite em que tentarão saltar às escondidas para dentro de um camião ou escalar os altos gradeamentos farpados arriscando a vida. Alguns, equipados com fatos de mergulho baratos tentarão atravessar a nado os 34 quilómetros que os separam da costa inglesa. Tudo se encara com um certo sorriso. Sabem distinguir quem os apoia  e quem são os inimigos, nós recebemos sorrisos, a polícia recebe insultos. Perguntam alguns, em conversa connosco, se em Portugal é fácil obter passaportes, mas nada sabemos responder, pois nunca fomos estrangeiros em Portugal, e na França somos apenas semi-estrangeiros, que privilégio termos nascido na Eurolândia!

Que podemos nós fazer? Durante bastante tempo, no âmbito da lei Besson, posta em prática desde 2011 pelo ministro da Imigração, acolher um refugiado era punido por lei, dando direito até 5 anos de prisão e 30 000 euros de multa. Só a partir de 2013, uma lei não punindo o acolhimento "desinteressado" e "humanitário" foi possível graças à luta de várias associações. Mas os refugiados não querem ficar em França, mas sim atravessar o Canal da Mancha, têm familiares e amigos do outro lado à espera. E estão dispostos a todos os riscos para alcançarem o objectivo. Mesmo sendo punido por lei tentar passar um refugiado, alguns menos escrupulosos aproveitam este desespero e ousam organizar-se até ao interior da "Jungle", onde alguns comerciantes estabelecem contacto entre passadores e habitantes. Mas o pior inimigo continua a ser o Estado e as suas instituições rígidas.
A cada tentativa de organização de um lugar vivencial para

os migrantes em Calais, o Estado sempre respondeu com expulsões, desmantelamento, repressão e controlo. Ocupados, os campos ao longo da praia ou as "jungles", o destino é sempre o mesmo: destruição dos habitats (por muito precários que sejam), expulsão dos residentes, encarceramento em centros de detenção e até mesmo confiscação de todo e qualquer material permitindo reocupar ou reconstruir. Em Calais, o Estado Francês sistematizou a técnica da terra queimada. Já em Janeiro deste ano, a polícia tinha evacuado a cassetete e com uma chuvada de gás lacrimogéneo uma extensa parte do terreno à margem da auto-estrada. No dia seguinte, bulldozers esmagaram as tendas e material que não pôde ser salvo a tempo pelos habitantes. Na noite seguinte, granadas da polícia acabaram por pegar fogo aos escombros, gerando o pânico geral. Em Fevereiro, o governo de Manuel Valls anunciou a evacuação de toda a zona no sul da Jungle, zona que continha 80% dos habitantes e a maior parte dos espaços comuns e de convívio (escola, centro de informação, igreja, etc.). Mais uma vez, gás lacrimogéneo, cacetadas, destruição de todo o material, multiplicação do medo e incêndios. Apenas alguns lugares onde as ONG têm intervenção quotidiana e de utilidade colectiva conseguiram ser poupados por uma mobilização da opinião pública dirigida por essas mesmas organizações. É que entretanto, o malandro do Estado, construiu um campo hiper-securizado em pleno centro da "Jungle" e sonha transformá-lo em modelo de vida, como que um laboratório destinado a experimentar o que pode vir a ser generalizado mais tarde. E nada melhor que fazê-lo com quem menos se pode defender, pois as condições de vida são tão míseras e o lugar tão bem velado que poucos migrantes ousarão a aventura. "Desta forma o campo 'humanitário' sem água, sem duche, nem cozinha, acabará num gradeamento com câmaras de vigilância e acesso biométrico, chamado 'container' e construído por uma sociedade em que o patrão é um antigo membro da Direcção de Informação Militar. Mas a sério que não querem ir viver para estes containers?", ironizava um militante no *site* Lundimatin[1].

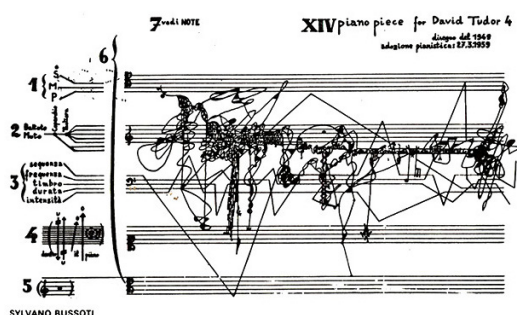
Mas nada disto é novo. Calais sempre foi um modelo experimental no tratamento policial das questões sociais, prefigurando em si o modelo da França de amanhã. Se disséssemos que a "Jungle" é ultra-vigiada pela polícia de choque que dia e noite a ronda o acampamento, ou que está cheia de bófia apenas perto dos acessos aos Ferry e no Eurotunnel o mal poderia parecer distante do resto da população local e da sociedade em si, mas infelizmente toda a cidade de Calais está exposta a esta condição. O jornal Courant Alternatif alertava já em 2009 para uma situação digna das mais medonhas descrições da ficção-científica: "O porto, onde a Câmara do Comércio e da Indústria colocou o seu próprio serviço de segurança, está hoje cercado de muros e arames farpados electrificados. Mais ainda, foi equipado com um sistema de alarme, fibras ópticas e câmaras térmicas. Em Coquelles (subúrbio de Calais de onde partem os TGV), a sociedade Eurotunnel instalou 280 câmaras de vigilância para 360 agentes de segurança. […] Uma parte dos controlos fronteiriços está nas mãos de empresas privadas. Cada veículo é examinado com meios materiais militares pertencentes às forças armadas inglesas. Entre scanners verificam o interior dos reboques, detectam batidas de coração e há sondas que calculam emissões respiratórias de $CO_2$ […] Calais oferece um mercado atractivo aos empresários da "segurança". Está-lhes desta forma consagrado um orçamento de 12 milhões de euros anual."

Em Calais como em qualquer parte perto da Fortaleza Europa, a luta contra as fronteiras liga-se à industrialização das modalidades de controlo, a uma repressão severa e a uma opinião pouco favorável à presença de populações migrantes no "seu" território. O trabalho do colectivo Calais Solidarity Migrant é um exemplo. Por um lado, fonte primeira de informações, os militantes ancorados no terreno são os animadores da rede transnacional No Border, acompanhando de perto os migrantes da "Jungle" e agindo directamente contra as fronteiras. Aparecem hoje como a mais sólida resistência ao controlo e à repressão dos Estados.

1. https://lundi.am/

# isto não é um movimento

*A nova estrutura estatal é caracterizada pelo facto que a unidade política do povo, e daí, o sistema geral da sua vida pública, se reflecte em três séries que são de ordens distintas. As três séries não se situam à partida no mesmo ponto, mas uma delas, isto é, o Movimento encarregue do Estado e do Povo, penetra e conduz as duas outras.*

Carl Schmitt, *"État, Mouvement, Peuple*" (1933)

Há cerca de um mês, que no final de cada semana, se especula sobre o estado do "movimento contra a lei El Khomri" - media, sindicalistas, militantes e esperançosos de toda a espécie querem acreditar que é desta: depois das manifestações "históricas" de 31 de Março que terão visto duplicar os efectivos dos desfiles de 9 de Março e agora as assembleias de "Nuit Debout" (noite em pé), o movimento tanto esperado, mas que nunca mais acabava de começar, nasceu finalmente. Talvez se persistimos tanto em pôr o nome de "movimento" ao que se passa neste momento em França, é porque se trata, na realidade, de algo totalmente diferente, algo de inédito. Porque um "movimento" é exactamente algo que em França sabem *gerir*, isto é, vencer. Já lá vão os tempos em que movimentos levavam a transtornos extensos, as organizações, os governos, os media são mestres na arte de conjurar a ameaça que qualquer acontecimento de rua carrega consigo: que a situação se torne ingovernável. Não devemos nunca esquecer que o actual primeiro-ministro não o é em virtude da sua licenciatura em História obtida nos anos 1980 em Tolbiac, mas porque se formou enquanto sindicalista na UNEF[1]. Na altura, era com Alain Bauer ou Stéphane Fouks, um dos pesadelos do Colectivo Autónomo de Tolbiac (o CAT) e inversamente.

Um "movimento", para todo o pessoal de enquadramento a que se reduz esta sociedade, é algo de reconfortante. Tem um objecto, reivindicações, um *quadro*, portanto com porta-vozes patenteados e possíveis negociações. Assim, nesta base, nunca é difícil separar entre o "movimento" e aqueles que "transbordam" do quadro, de chamar à ordem os seus elementos mais determinados, a sua fracção mais consequente. Serão qualificados oportunamente de "vândalos", "autónomos", niilistas" quando é patente que aqueles que lá estão para impedir as dinâmicas, são precisamente os niilistas que só vêem no movimento uma oportunidade para os seus futuros postos ministeriais – todos os Valls, Dray e outros Julliards. Cortar um "movimento" da sua fracção mais "violenta" é sempre uma forma de o enfraquecer, de o tornar inofensivo e finalmente mantê-lo sob controlo. Os movimentos são efectivamente *destinados a morrer*, mesmo vitoriosos. A luta contra o *Contrat Première Embauche*[2] (Contrato Primeiro Emprego – CPE) serve de exemplo. Basta um recuo táctico do governo e o terreno desaba aos pés dos que começaram a marchar. Alguns artigos na imprensa e alguns JT (Jornais Televisivos) contra os "*jusqu'auboutistes*"[3] bastam amplamente para retirar o que, ainda ontem, podia tudo: a legislação social sobre a qual os mais audaciosos procedimentos se tinham apoiado. Uma vez estas pessoas isoladas, os procedimentos policiais e depois judiciais, mais ou menos imediatos, vinham oportunamente secar o mar do "movimento". *A forma-movimento é um instrumento nas mãos dos que pretendem governar o social e mais nada*. O extremo nervosismo dos serviços de ordem, em particular da CGT[4], da BAC[5] e as bófias durante as manifestações das últimas semanas é o sinal que trai a sua vontade desesperada de querer fazer entrar na forma-movimento o que se pôs em marcha e que lhes escapa totalmente.

Toda a gente concorda. A Lei do Trabalho é apenas "a gota de água que faz transbordar o copo". O que se exprime na rua, em palavras de ordem ou confrontos, é "estamos fartos", etc.. O que se passa é que já não suportamos ser governados por essa gente, nem dessa maneira; e talvez até, diante do falhanço flagrante desta sociedade em todos os domínios, já não suportamos ser governados de todo. Tornou-se epidérmico e epidémico, porque se trata cada vez mais claramente de uma questão de vida ou de morte. Estamos fartos da política; cada manifestação tornou-se *obscena*, porque é obscena a forma de se agitar de maneira tão impotente numa situação tão extrema em todos os aspectos.

Dito isto, faltam-nos palavras para designar o que se desperta em França neste momento. Se não é um "movimento", o que é então? Diríamos que se trata de um "planalto". Antes da palavra ser utilizada por Deleuze e Guattari para o título do seu melhor livro *"Mil Planaltos*", a noção foi elaborada pelo antropólogo e cibernético Gregory Bateson. Aos estudar nos anos 1930 o *ethos*

balinês, é surpreendido por esta singularidade: enquanto os Ocidentais, quer na guerra, quer no amor, gostam das intensidades exponenciais, as interacções cumulativas, as excitações crescentes que levam a um culminar – orgasmo ou guerra total – seguido de uma descarga de tensão, social, sexual ou afectiva, os balineses, quer na música, no teatro, nas discussões, no amor ou no conflito, fogem da corrida ao paroxismo; privilegiam os regimes de intensidades contínuas, variáveis, que duram, que se metamorfoseiam, que evoluem, em suma: que devêm[6]. Bateson vincula isto a uma prática singular das mães balinesas: "*a mãe inicia um namorico com a sua criança, brincando com o seu pénis, ou estimulando-a de qualquer maneira para uma actividade de interacção. Portanto a criança fica excitada pelo jogo e durante uns instantes uma interacção cumulativa se produz. Mas, no momento em que a criança, aproximando-se de uma espécie de orgasmo, se agarra ao pescoço da sua mãe, esta desvia-se. Neste ponto, a criança inicia, como alternativa, uma interacção cumulativa que se traduz numa birra. Doravante, a mãe desempenha o papel de espectadora que tira prazer da birra da criança: repele os seus ataques sem manifestar furor*" (*Vers une écologie de l'esprit*). Assim a mãe balinesa ensina à sua progenitura a fugir das intensidades paroxísticas. A fase em que estamos a entrar politicamente em França neste momento, não é - pelo menos até às ridículas eleições presidenciais, de que *não há tanta certeza que desta vez nos consigam impor* - uma fase orgásmica de "movimento" a que se segue a necessária debandada, mas uma fase de *planalto*:

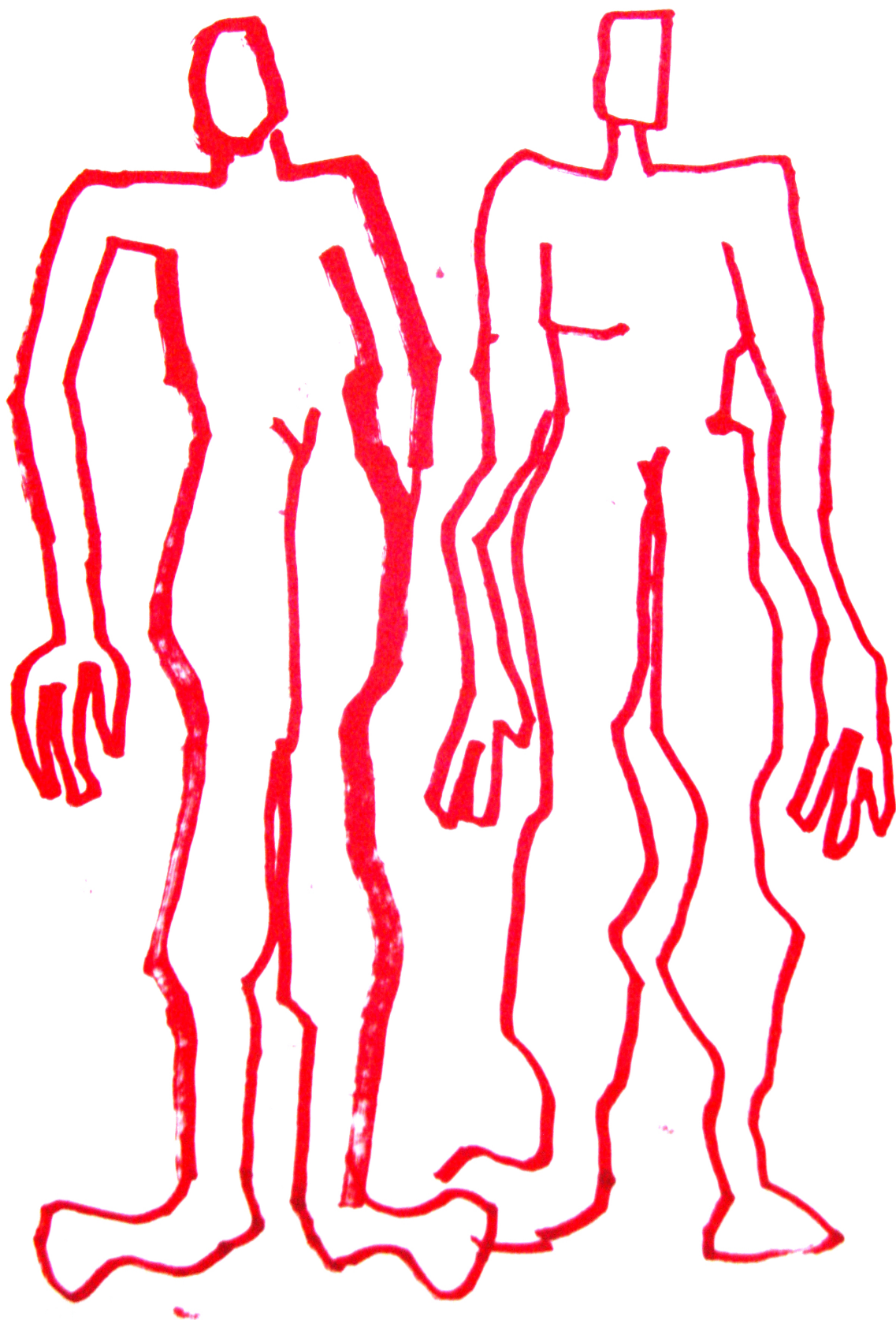
"*uma região contínua de intensidades, vibrando nelas próprias, e que se desenvolve evitando qualquer orientação num ponto culminante ou em direcção a um fim exterior.*"[7] (Deleuze-Guattari, *"Mille Plateaux*")

O nível de descrédito do aparelho governamental é de tal ordem que doravante encontrará no seu caminho, a cada manifestação, uma determinação constante, vinda de todos os lados, para abatê-lo.

Portanto, não se trata da velha história trotskista da "convergência das lutas" – lutas que são actualmente tão fracas que mesmo fazendo-as convergir não chegaríamos a nada de sério, além de perder, na redução política habitual, a riqueza própria de cada uma delas –, mas da actualização prática do descrédito geral da política em todas as ocasiões, isto é das liberdades cada vez mais ousadas que vamos conquistar ao aparelho governamental democrático. O que está em cima da mesa, não é de todo uma unificação do movimento, mesmo por meio de uma assembleia geral do género humano, mas a passagem de limiares, deslocações, agenciamentos, metamorfoses, ligações entre pontos de intensidade política distantes. É evidente que a proximidade da ZAD[8] tem efeitos sobre o "movimento" em Nantes. Quando 3000 alunas (os) de liceu entoam "*tout le monde déteste la police*" (toda a gente detesta a policia), vaiam o serviço de ordem da CGT, começam a manifestar de cara tapada, não recuam diante das provocações policiais e partilham soro fisiológico depois de terem apanhado com gás lacrimogéneo, podemos dizer que, num mês de bloqueios, um certo número de limiares foram passados, um certo número de liberdades foram tomadas. O desafio não é de canalizar o conjunto dos devires, dos transtornos existenciais, dos encontros que fazem a textura do "movimento" num único rio poderoso e majestoso, mas de deixar viver a nova topologia deste planalto e de percorrê-lo. A fase de planalto em que entrámos não procura nada de exterior a si mesma: "é uma característica infeliz do espírito ocidental, de reportar as expressões e as acções a fins exteriores ou transcendentes, em vez de os estimar num plano de imanência de acordo com o seu próprio valor." (Deleuze-Guattari, *"Mille Plateaux*"). O que importa é o que já está a ser feito e o que cada vez mais não vai parar de ser feito: impedir passo a passo o governo de governar - e por "governo", não se deve entender unicamente o regime político, mas todo o aparelho tecnocrata público e privado de que os governantes nos oferecem uma expressão apalhaçada. Não se trata portanto de saber se este "movimento" vai ou não conseguir acabar com a "lei El Khomri", mas o que já está em curso: a destituição daquilo que nos governa."

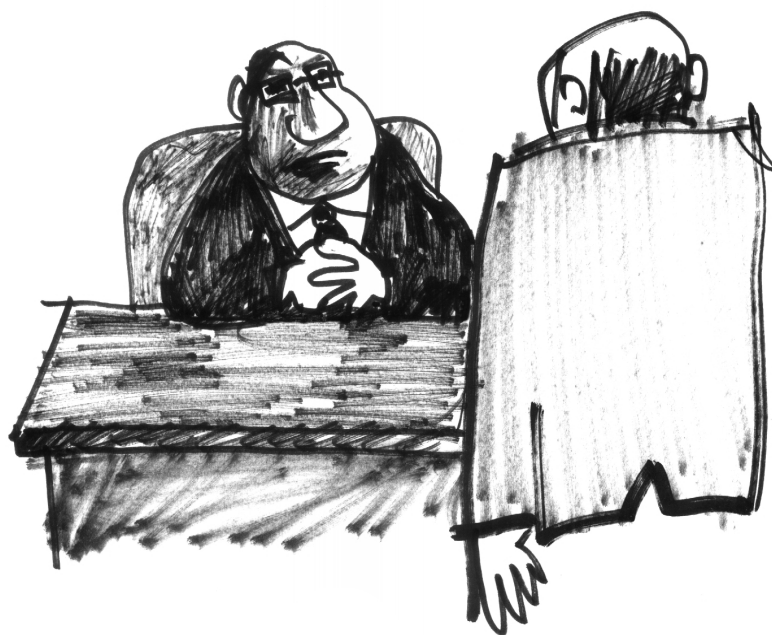
Fonte: https://lundi.am/CECI-N-EST-PAS-UN-MOUVEMENT
Tradução: Ana da Palma

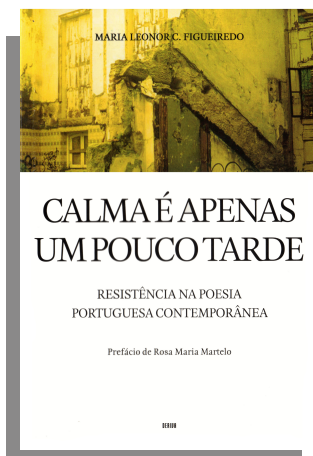
---

1. Union Nationale des Étudiants de France (União Nacional dos Estudantes de França): https://fr.wikipedia.org/wiki/Union_nationale_des_%C3%A9tudiants_de_France
2. https://fr.wikipedia.org/wiki/Contrat_premi%C3%A8re_embauche
3. Neologismo de "*jusqu'au bout*" significando: até ao fim. Neste caso remete para "aqueles que vão até ao fim".
4. Confederação Geral do Trabalho: https://fr.wikipedia.org/wiki/Conf%C3%A9d%C3%A9ration_g%C3%A9n%C3%A9rale_du_travail
5. Brigada anticomando: https://fr.wikipedia.org/wiki/Brigade_anticommando
6. Em francês: "deviennent" por referência ao conceito deleuziano & guattariano (*Anti-Édipo*) "devenir": devir. Devir é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos). Torna-se um conceito específico em *Kafka. Pour une littérature mineure*.
7. Deleuze & Guattari (1980, p.32). *Mille plateaux*. Paris: Les éditions de minuit.
8. ZAD: Zone à Defendre (Zona a defender): https://fr.wikipedia.org/wiki/Zone_%C3%A0_d%C3%A9fendre

texto e desenho: **K**

# Olimpo

Reverteram-se os papéis e as nuvens viraram calabouços. Em segundos a força da subida é a própria gravidade. Viraram-se os papéis, e aqueles que vestiam máscaras encontram-se agora no público, os deuses desceram do monte Olimpo para nos vir lavar os pés.
E tu, no meio de todo o caos gerador, com um sorriso parvo na cara. Não te faltou ver nada, só subiste para onde a tempestade não chega. Entretanto vês todos arrastados pelo dilúvio e ris-te porque sabes que o caos não se lava com água.
Tu que estavas nas caves vestido de lodo e vieste à tona quando ninguém pensava que podias flutuar, ainda achavam que eras pedra quando o teu sorriso encardido se descolorou com o sol.
E depois? podias ter batido com o pé e ordenado ao mundo e ao sol que desse a volta completa, a derradeira, para cair o que estava para cair e finalmente retornar o equilíbrio: se cai, do chão não passa.
Abdicaste da tua última refeição e nem para proferir as tuas últimas palavras abriste a boca quando te puseram a cabeça debaixo da lâmina - deixaste que o silêncio falasse por ti e silêncio já vem calado desde o início.
O cenário não era muito maior que uma caixa, tinha um buraco no topo onde mal passava um dedo mas os ratos safaram-se porque tinham a espinha mole. Tu tinhas a cabeça toda lá dentro, a ser roída, não querias sequer sair porque do buraco vinha uma escuridão medonha - tinhas-te habituado à dor e ao meio-tom das paredes. Mas alguém veio com um martelo e bateu 3 vezes antes da caixa se desmontar. O teu pescoço sofreu um pouco e não conseguiste virar a cabeça durante uns dias. E quando conseguiste foi apenas para ter tempo de ver a água a vir e correr, fugir, trepar para um sítio alto.
Agora sorris da acrópole, mesmo que seja por pouco tempo. Sabes mesmo que ninguém te tenha ensinado que daqui a uns minutos o sol te vai desidratar, e uma lupa nos teus lábios vai ser para ver apenas pó. Mas esses minutos antes do carrasco vir, tinhas a honra para te encher o estômago e o silêncio para te aquecer as costas e agora só tens uma luz intensa e a água já vai pelos joelhos, é mergulhar ou derreter.
Entretanto tens o sabor agridoce que te deixa a salivar e pedes por mais, enquanto sorris pateticamente, olhos velados porque olhaste demasiado para o sítio de onde vinha a luz.
De repente decidiste bater do pé e ordenar ao mundo que desse a volta contrária para as caves voltarem à superfície mas já estás a meio do processo e até tu sabes que é irreversível.
És consumido porque te decides e porque não te decides.
E acordas outra vez no meio do escuro - outra vez para descobrir onde estás.

ANTUNES, ESTÁ DESPEDIDO.
VOCÊ É DEMASIADO HONESTO
E A SUA ACTUAÇÃO ESTÁ A
COMPROMETER A NOSSA
PREVISÃO DOS LUCROS

# Resumos de leitura

## **"Calma é apenas um pouco tarde" Resistência na Poesia Portuguesa Contemporânea**, Maria Leonor C. Figueiredo, ed. Deriva, 2015.

Dissertação de mestrado da autora, esta debruça-se sobre a Poesia Contemporânea, desde os anos 70 até à atualidade, nela tentando encontrar exemplos de resistência e dissidência que Rosa Maria Martelo, responsável pelo prefácio, resumidamente explica, de forma lapidar, que aponta materializados nos três capítulos do livro - "a batalha contra uma aceleração que nos faz vítimas do compromisso impossível entre o desejo de excitação permanente e a vontade de recuperar do cansaço; a reivindicação da singularidade, em detrimento da massificação; o resgate de uma linguagem capaz de construir mundivivências alternativas ao desvanecimento referencial produzido por um constante linguajar, no qual o valor das palavras é abastardado por um dizer e desdizer que neutraliza qualquer possibilidade de valoração".

Apontando os anos 70 como um momento de viragem, ultrapassando o "fechamento poético e de extrema concentração na forma", Leonor Figueiredo, socorrendo-se de Fernando Guimarães, destaca a tendência para privilegiar o emocional, a escrita marcada por um microrrealismo, que se debruça sobre os pequenos gestos individuais e a substituição do sentido de vanguarda pelo revivalismo. E para isto aponta como exemplo a poesia de Joaquim Manuel Magalhães em "Os dias, pequenos charcos".

Depois, e com Fernando Pinto do Amaral, analisando, os anos 80, anota a importância renovada da emoção, em parte sendo esta atitude de resistência à mercantilização de tudo, que se acentuava. Aponta, em seguida, e a partir do exemplo da experiência da editora Averno (Manuel de Freitas) um movimento em que "a dimensão formal da poesia é simplesmente trabalhada de forma a não se evidenciar".

Também a relação dos poetas com a vida, o seu "poder" e a sua "inutilidade" são abordados, como nos versos de José Miguel Silva está bem patente: "Que podem os poetas, diz-me, contra marketeers,/ aguados humoristas e outros promotores/ da realidade?". E conclui a autora que a poesia resiste porque contraria, desobedece e desenterra o perdido.

Aborda ainda Leonor Figueiredo outra dimensão, a da recusa do tempo que nos é imposto pela máquina. E para isso cita a poesia de Al Berto: "o pai com os seus trabalhos por aí onde o tempo custa a passar / e eu pobre de mim / tão aflito me sinto com a velocidade desse mesmo tempo / a cidade é veloz / não sei se o pai poderá compreender esta velocidade / aqui tudo se tornou dia após dia mais doloroso".

Depois, e num capítulo que dedica à "igualdade na singularidade", a autora destaca o assumir de uma identidade minoritária, ou de uma recusa da uniformização, e cita, por exemplo, Alberto Pimenta, na obra, "Os entes e os contraentes": "compra um pão come o pão caga o pão / compra um pão come o pão caga o pão / compra um pão come o pão caga o pão / […] não compra não come não caga morre".

E, por fim, debruça-se sobre o resgate da linguagem, a crítica ao senso comum, e cita de novo, a concluir, a poesia de José Miguel Silva, para rematar (a autora): "Ainda que contra petroleiros de aço (como comparava o poeta), ainda que tantas vezes sem esperança, não há como fugir a que a história, o mundo, as cidades, as sociedades e a vida são como as estações do ano. Tudo se perde, mas tudo regressa ou, no limite, se reinventa".

*Luís Chambel*

# "Crítica da razão negra"
## Achille Mbembe, ed. Antígona, 2014

A ***Crítica da razão negra*** (2014) faz parte de uma série de escritos de Achille Mbembe durante a sua estadia na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, na África do Sul. O autor traz o conteúdo para a forma como "***um rio com múltiplos afluentes***" (Mbembe, 2014, 9), num estilo literário fluido de leitura agradável em que as conexões intrincadas ganham sentido na sua complexidade intrínseca. O livro, traduzido do francês, publicado pela editora Antígona, está organizado em seis capítulos onde, através de abordagens cruzando várias áreas dos saberes, o autor expõe um pensamento crítico sobre "***a vida, o semelhante e o dissemelhante, o excedente e o comum***" (Mbembe, 2014, 21-22).

Escrever uma crítica da razão negra é uma tarefa de titã. Principalmente porque, além da erudição necessária para navegar pela história do mundo através dos séculos, implica não só questionar ideias, paradigmas, modelos, representações que envolvem a pegada persistente do ocidente, do discurso do colonizador, mas também a sua expressão profundamente masculina. Assim, em último reflexo genuíno, é um discurso – ferida-herança do pensamento ocidental – significativamente no masculino que se imiscui na escrita de Mbembe. O desconforto trazido pelo uso de um único género, muito mais do que fazer surgir a minha feminidade, trouxe-me à memória as mães que "***apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, para lhes não serem retirados*** (...)" descritas por Zurara[1] na *Crónica da Guiné* (1453). Contudo, Mbembe oferta-nos sem dúvida um pensamento pleno com ideias e reflexões que estimulam tanto a leitura, como o fervilhar do cogitar.

Partindo do pressuposto - que me parece demasiado geral e até controverso e que requereria uma análise em termos de reposicionamento e reformulação do desejo de supremacia do Ocidente - de que a "***Europa deixou de ser o centro de gravidade do mundo***" (Mbembe, 2014, 9), o autor aborda a razão negra, colocando-a em três momentos históricos, políticos e económicos: primeiro, do século XV ao XIX, o momento da espoliação organizada, ou a escravatura, onde o Negro, enquanto raça, é formulado como moeda de troca do capitalismo; segundo, no final do século XVIII, o momento da articulação de uma linguagem, ou a descolonização, quando o Negro se liberta e cria os seus mecanismos de liberdade com base no existente; e, terceiro, no início do século XXI, o momento da globalização dos mercados e privatização do mundo, ou neoliberalismo, onde todas as pessoas acabam por ser moeda de troca no mercado e onde já não há propriamente "***trabalhadores, mas nómadas do trabalho***" (Mbembe, 2014, 14), mas um *Corpo a gerir.* Nestes três momentos, em que um destino comum se deixa esboçar, reside o devir negro do mundo como integrando as novas relações, enquanto categoria abrangente, envolvendo a formulação de comunidades e a "***construção do comum***" (Mbembe, 2014, 305).

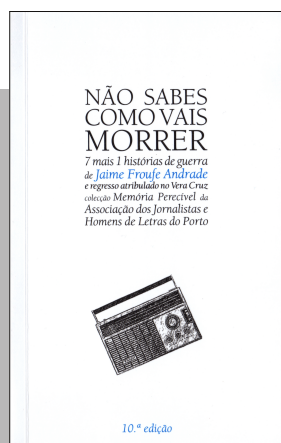
Se uma reflexão crítica da razão negra é necessária, o autor aponta umas dicas que encaminham também para uma reflexão importante sobre o pensamento ocidental no sentido em que este, partindo do ponto de vista do seu próprio espelho, sempre se desligou da perspectiva de uma co-pertença. Um dos problemas do Ocidente parece ser uma derivação de um velho mito: o complexo de Narciso. De tanto se contemplar à luz do seu próprio espelho, o Ocidente caiu no espelho onde persiste em permanecer. Dai também ser necessária uma crítica lúcida da razão branca ou da nossa "***palidez mal cozida***", como formulou Sartre[2], desconstruindo a noção da cor das raças, à luz de uma amizade partilhada, como podemos entrever na recente publicação do Comité Invisível em "***Aos nossos amigos***"[3]. Neste contexto, para

poder abordar a razão negra, o autor revisita termos e conceitos forjados e construídos no quadro das representações ocidentais, assim como o discurso anticolonialista elaborado em torno de raça/racismo, Negro, África, mas também uma noção mais complexa e fluida, visitada através da concepção do Tempo na literatura africana, como noção central ao *estar e ser para o Mundo*, que de certa forma se cruza com o nosso devir partilhado.

*Ana da Palma*

---

1. Gomes Eanes de Zurara (c. 1420-1473/74) foi cronista do Infante D. Henrique, de quem fez o panegírico na **Crónica da Guiné** (s.d, pp146-147). (s.l.): Livraria Civilização.
2. "Orphée Noir" (p.XI), in Léopold Sédar Senghor (2002 [1948]). **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française**. Paris: PUF.
3. Comité invisível (2015). **Aos nossos amigos**. (s.l.): Edições Antipáticas.

## "Não Sabes como Vais Morrer"
Jaime Froufe Andrade, ed. Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, colecção Memória Perecível, 2015.

Livrinho de memórias da guerra colonial, em que o autor, à altura alferes miliciano ranger em Moçambique, relata episódios em que se viu envolvido, na primeira pessoa, trazendo à superfície a brutalidade da guerra, a lógica do ocupante, mas também a humanidade dos protagonistas, quer os que foram combatentes pela liberdade, quer os que foram carne para canhão dos interesses coloniais.

O jornalista Froufe Andrade, aliás, em comentário pessoal, pretende que o seu livro seja "libelo acusatório contra a própria guerra e todas as outras formas de violência perpetradas pelo Homem".

O livro é testemunho da cumplicidade ativa do apartheid rodesiano, da brutalidade do tratamento dado aos prisioneiros, mas também da ética de alguns daqueles que, tendo apesar de tudo sido arregimentados para a defesa do império, não se anularam totalmente como homens, em tempo de chacinas como a tropa portuguesa cometeu na província de Tete, caso do infelizmente muito célebre massacre perpetrado em Wiriyamu.

Enquanto muitos jovens mancebos decidiram ser refratários ou desertores (com armas ou sem elas), muitos outros houve que deram com os ossos em África, alguns cumprindo um miserável papel de cães de guarda da pilhagem e violência sobre os povos africanos, a maioria sendo apenas peões de um jogo alheio, e pelo qual muitos pagaram com a vida, os próprios membros ou a sanidade da mente.

Se algum libelo acusatório se impõe, esse será sempre contra aqueles que nos quartéis-generais e acima deles, decidem da vida e da morte da grande maioria dos outros, para gáudio e proveito de apenas alguns, para isso fazendo sempre uso da palavra-chave, do santo e da senha com que enchem a boca no momento de benzer a dominação: a pátria!

*Luís Chambel*

## "O Mestre Ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual"
de Jacques Rancière

O livro foi escrito em 1987, no seguimento das pesquisas de Jacques Rancière sobre a emancipação operária no século XIX e surgiu num momento de discussão sobre as finalidades das escolas públicas em França, em que dois grandes discursos ocupavam todo o espaço de debate, por um lado, a transformação da escola a partir das condições sociais com Bourdieu e, por outro lado, o ensino republicano e a igualdade pela difusão dos saberes de Milner. Partindo da experiência pedagógica de Joseph Jacotot, Rancière leva-nos a questionar os processos de aprendizagem, a relação do Ser ao Saber e por arrasto o quadro institucional do ensino e a função do professor. Como salienta Jacques Rancière, numa entrevista publicada em "Nouveaux Regards", n°28, Janeiro-Março 2005, sobre o livro: "é uma obra que se dirige aos indivíduos, não aos actores institucionalizados de um debate de sociedade." Assim, se na altura a recepção do

livro não gerou um verdadeiro debate, levou contudo os mais diversos meios - nomeadamente o meio artístico - a um questionamento fundamental para a reflexão, e ainda hoje, num contexto educativo profundamente ancorado em doutrinas maniqueístas como instrumento transmissão de conhecimento redutor, mas amplamente praticado no ensino ocidental, o desafio do filósofo da emancipação não se esgotou nem nas várias publicações, nem nas recepções do Mestre Ignorante.
O livro apresenta-se em cinco capítulos que ecoam as cinco lições adiantadas no subtítulo.

Começando por relatar a experiência intelectual de Joseph Jacotot, revolucionário exilado e leitor de literatura francesa na universidade de Louvain, em 1818, Rancière revela a ferida do mito pedagógico envolvendo a presença do explicador que perpetua um mundo separado em dois, ou melhor, um mundo em que uma inteligência se sobrepõe à outra ocultando o conceito de liberdade que à partida pressupõe a "confiança na capacidade intelectual de todo o ser humano" (Rancière, 2010: 20). Ao ter a experiência de ensinar a língua francesa a flamengos sem conhecer a língua flamenga, mas com resultados assombrosos, Jacotot delineia os princípios do que chama o ensino universal: "(...) é preciso aprender qualquer coisa e relacioná-la com tudo o resto" (Rancière, 2010: 27). Ao acreditar na igualdade das inteligências, liberta-se a curiosidade e estimula-se a procura constante, mesmo assim "para emancipar alguém, é preciso ser-se emancipado. É preciso conhecer-se a si mesmo como viajante do espírito, parecido com todos os outros viajantes, como sujeito intelectual participante da potência comum dos seres intelectuais." (Rancière, 2010: 40). O método universal é o método dos pobres, um método exclusivamente dirigido a indivíduos que nunca poderá sobreviver como método social confinado em instituições ou praticado por actores sociais, simplesmente porque "jamais um partido, um governo, um exército, uma escola ou uma instituição emancipará uma única pessoa" (Rancière, 2010: 108).

Ao retomar a experiência de Jacotot, que na altura já provocara algum desconforto entre os sábios da Europa, Jacques Rancière valoriza a emancipação intelectual como a única educação possível, mas também derruba a nossa forma de conceber o saber, a transmissão, a aprendizagem, a infância e até as relações de dominação que regem a ordem social vigente, onde o progresso é a perpetuação da desigualdade: "O progresso é a ficção pedagógica erigida em ficção de toda a sociedade" e onde a pedagogização da sociedade significa a "infantilização generalizada dos indivíduos" (Rancière, 2010: 141). Da leitura, ficam umas frases chave: emancipemo-nos; reivindiquemos a inteligência; pratiquemos a igualdade; e vivamos a liberdade!

Jacques Rancière (2010). ***O mestre Ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual***. Mangualde: Edições Pedago.

*Ana da Palma*

## **"Sem Mestres, Nem Chefes, o Povo Tomou a Rua" - Lutas dos Moradores no Pós-25 de Abril,** de José Hipólito Santos, ed. Letra Livre, Colecção Anátema, 2014.

Hipólito Santos, ex-militante da LUAR e posteriormente do PRP, destacado militante do movimento cooperativo em Portugal, traça neste livro um quadro das lutas populares travadas pelos moradores pobres em busca de uma habitação mais acessível, condigna e confortável, nos tempos do PREC, luta esta travada ao arrepio dos diretórios partidários, de forma corajosa e consequente, e muitas vezes levando a uma melhoria assinalável das reais condições de vida das pessoas, feitas protagonistas de corpo inteiro.
O livro é também um registo histórico da atividade da Associação dos Inquilinos Lisbonenses – AIL -, de que Hipólito Santos presidiu à Direção, curiosamente sucedendo a Emídio Santana, quando respondeu positivamente a um apelo deste.
E tal como já o apontara antes em "Maneiras Cooperativas

de Pensar e Agir", Edições Universitárias Lusófonas, em 2009, a intervenção dos anarquistas, que a historiografia oficial da esquerda, riscou do mapa após a derrota da greve geral do 18 de janeiro de 1934, não só foi bem diferente da "inexistência" que se lhe apontava, como, ao menos no meio cooperativista, foi bem persistente, frutífera, aliada das aspirações populares e promotora da sua autonomia, combate e empoderamento. Era, contudo, apenas uma réstia daquilo que tinha sido o movimento libertário e o seu papel no apoio ao movimento popular de ocupações e pela habitação, insuficiente, pela notória exiguidade do movimento libertário, no sentido de lhe poder emprestar uma dimensão e dinâmica de que carecia, para ter sido mais incómodo e profundo.

Como diz Hipólito Santos: "(…) Quanto ao anarquismo, que poderia ter dado um grande contributo aos acontecimentos, não estava preparado para qualquer resposta. Nas mãos de velhos militantes, contentes por poderem sair com as bandeiras guardadas clandestinamente, a organização estava fora de quase tudo (excepto da AIL e pouco mais), como se não fosse previsível a queda do regime a curto prazo. Os esforços de Emídio Santana e Moisés da Silva Ramos não foram suficientes para que os anarquistas pudessem jogar qualquer papel na movimentação popular, de moradores e fabril". O relançamento do jornal "A Batalha" era então prioritário, aponta o autor.

Neste livro Hipólito Santos começa por assinalar o quadro miserável da habitação em Portugal na viragem desse período histórico, e relacioná-lo com o processo de industrialização capitalista, tão bem já antes plasmado no fenómeno das ilhas da cidade do Porto.

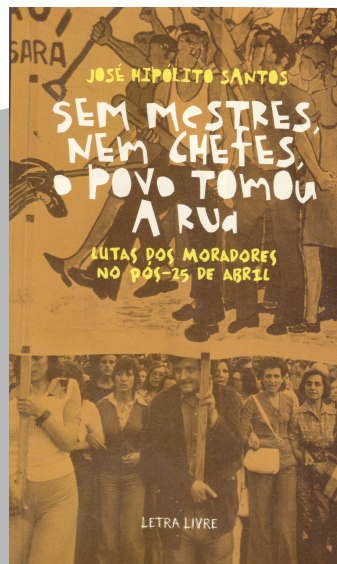
Neste período do pós-25 de Abril torna-se então muito importante a luta dos moradores dos bairros de lata e camarários de Lisboa, Porto e Setúbal contra a falta de água, de eletricidade, de esgotos, de condições de vida, e que vão originar um grande movimento de ocupações.

Os moradores, conta o autor, entre outras coisas, "condenavam o absurdo que constituíam os regulamentos dos bairros camarários, com intromissão abusiva na vida privada dos moradores, proibição de ter gatos ou pendurar a roupa fora dos sítios estabelecidos e ainda o ter de chafurdar na lama e nos dejectos para sair da barraca".

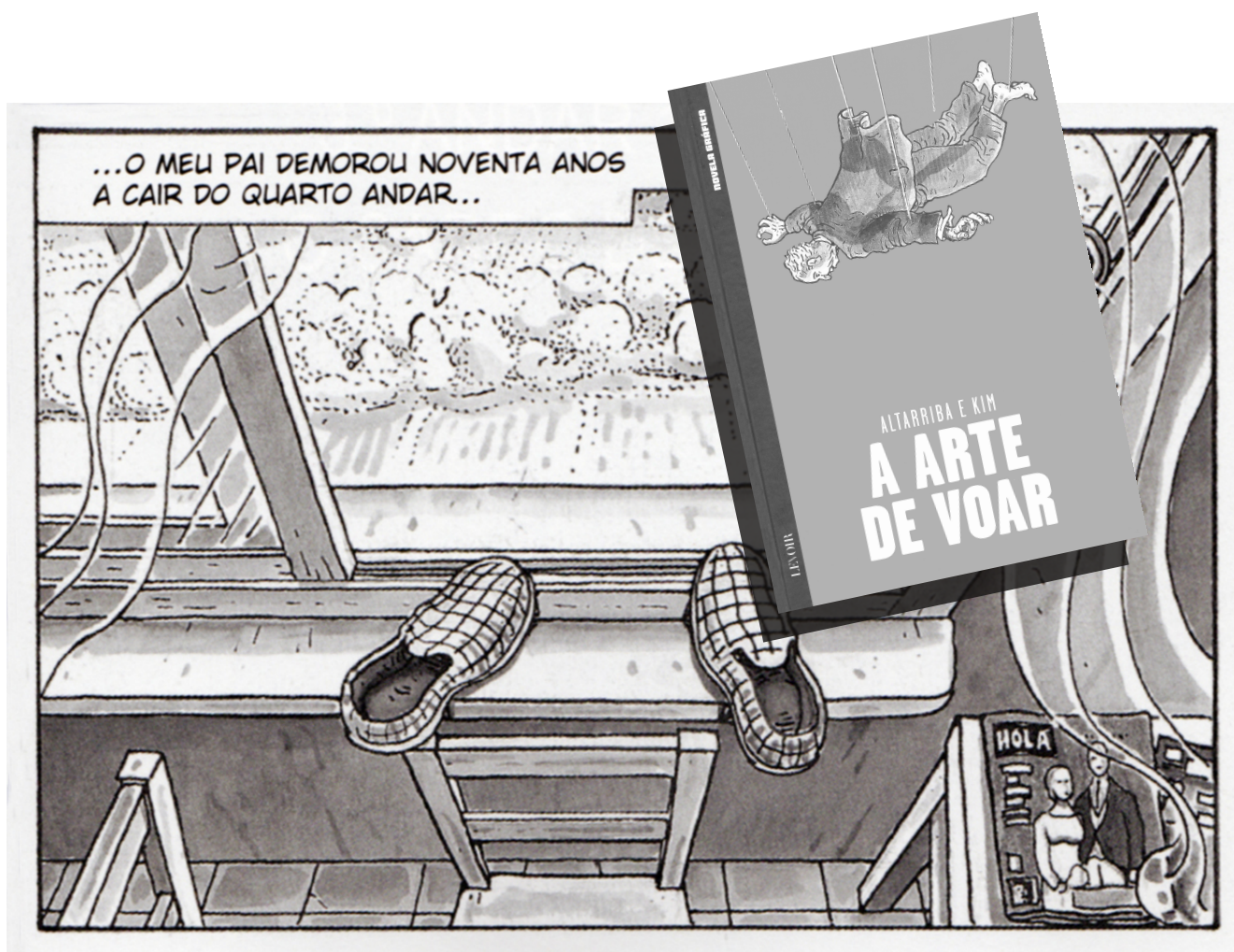
Era um movimento muito interessante a vários títulos, por exemplo as mulheres estavam na primeira linha, elas que eram mais sensíveis a questões como as da promiscuidade que se vivia nos bairros.

Neste movimento a cidade do Porto teve um papel capital, tendo sido aqui que se criaram as primeiras comissões de moradores, a primeira no bairro S. João de Deus. Empenhados na "revolução proletária", os partidos marxistas (incluindo maoistas, trotsquistas, etc.) desprezavam estas movimentações dos moradores, porque, analisa o autor, o proletariado estaria nas fábricas, e nas comissões de moradores estaria apenas o sub-proletariado (lumpen) vulnerável a influências nefastas.

Estas grandes movimentações, que vão contar com o apoio do AIL e da Associação dos Inquilinos do Norte de Portugal (AINP), defrontam-se contudo com o facto de que as "prioridades da revolução" eram outras, como aponta Hipólito Santos: a defesa do restauro da "normalidade".

Hipólito Santos narra também a forma golpista e pouco ética como o PCP deitou abaixo a Direção solidária da AIL, acusando-o a ele e a Vasco de Carvalho, então dirigentes, de serem "militantes do PPD e autores de desvios de dinheiros da AIL". Tomada a Direção da AIL, esta passou a ser apenas um gabinete jurídico dos moradores – aquilo que antes também o fascismo autorizava, como recorda.

O que este movimento – que conseguiu alguns importantes ganhos na melhoria das condições de vida das pessoas (como o foi por exemplo a construção de casas com apoio de técnicos solidários, tal como sucedeu no processo SAAL) – representou, explica-o perfeitamente Hipolito Santos: "A criação de comissões de moradores fez-se por iniciativa popular, onde foi necessário. Não se tratou de um tipo de estrutura estatal de carácter administrativo e burocrático, subordinado à autarquia local".

Preciosa esta edição da Letra Livre.

*Luís Chambel*

## **"A Arte de Voar",** Antonio Altarriba e Kim, edição Levoir, col. Novela Gráfica, 2015

Obra de banda desenhada considerada "Melhor Obra", "Melhor Argumento" e "Melhor Desenho de Autor Espanhol" do Salão do Comic de Barcelona em 2010, também Prémio Nacional da Catalunha e Prémio Nacional do Comic no mesmo ano, e ainda Prémio Calamo em 2009, estamos aqui diante de uma obra que, merecidamente, não passou propriamente despercebida.

Com desenho de Kim, um dos fundadores da revista "El Jueves" e nome já consagrado da Banda Desenhada do universo ibérico e internacional, que mostra com mestria e sensibilidade todos os ambientes em que decorre a ação, "A Arte de Voar" impressiona, contudo, sobretudo pelo argumento de Antonio Altarriba – ensaísta, crítico, professor de Literatura Francesa –, e que aqui conta a história do seu pai, desde a infância nos campos de Aragão, a sua adesão aos ideais anarquistas e a sua participação na guerra civil, até ao suicídio, atirando-se do 4º andar de um lar da terceira idade, aos 91 anos.

De certo modo, pela forma como a obra é construída, ela aproxima-se de "Maus", de Art Spiegelman, enquanto narrativa de tempos históricos conturbados (no caso o holocausto judeu) em que interveio enquanto vítima o próprio pai do autor, ou então de "Terra e Liberdade", o filme de Ken Loach, em que o velho militante internacionalista inglês acabado de falecer vê a sua participação na Guerra Civil espanhola recordada pela neta a partir da leitura dos papéis que deixou.

No caso de Spiegelman, há um misto de identificação com as vítimas da segregação nazi, e secundariamente, numa nota pessoal, uma distanciação relativamente ao então velho pai, que lhe vai recordando o campo de concentração, mas agora agarrado ao dinheiro de uma forma que parece afinal reproduzir o velho lugar comum do judeu avarento.

Em Loach há uma história de heroísmo e resistência do protagonista, quer ao franquismo quer ao estalinismo, que quer também impor as suas regras de militarização e hierarquia

forçadas. É uma história de utopia, paixão e ainda de denúncia, mas uma história romântica.

Um e outro aspetos das duas obras referidas estão, em parte, também presentes em "A Arte de Voar" de Altarriba.

Mas nesta narrativa se o velho Altarriba, com quem o filho se identifica mais do que o aparenta Spiegelman, não fica livre de erros, a sua degradação depois da derrota, fuga, exílio, regresso e reintegração, não é também uma capitulação total ou uma traição. E é essa amargura e consciência da degradação que irá, por fim, determinar o fim da vida do antigo combatente anarquista.

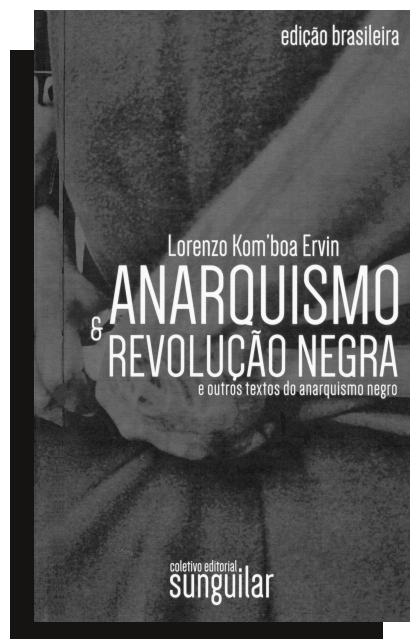
Porque a denúncia de Altarriba não é apenas o franquismo e o estalinismo, mas também a traição a todos os valores antes professados por alguns daqueles que, antes anarquistas, aderem depois ao franquismo ou se rendem ao ideário capitalista de enriquecimento pouco ético, à custa da exploração de outrem.

O velho Altarriba, a quem repugnavam as artimanhas de demarcação fraudulenta de terras de que, por exemplo, o seu próprio mesquinho pai lançava mão, para ampliar os seus campos, que foge, ainda muito jovem para Saragoça em busca de liberdade, que deserta conscientemente das fileiras franquistas para participar na guerra do lado republicano, que enfrenta as tentativas "comunistas" de militarização forçada das forças anarquistas, que calça as alpercatas de Durruti depois da morte deste, que sofre na pele a penúria e brutalidade dos verdadeiros campos de concentração onde os democratas franceses recebem os derrotados da Guerra Civil espanhola, regressa a Espanha, onde para sobreviver, se anula como pessoa livre, fecha os olhos a algumas indignidades, realiza um casamento católico e assiste àquela que vai sendo a cada vez maior beatice da mulher, com a qual não tem prazer porque o sexo está totalmente ausente.

Num assomo de resistência, tenta furtar o filho a uma educação puritana e, por fim, já no fim da vida, resiste ainda, no lar da terceira idade, às arbitrariedades da direção. A perda física dos companheiros mais próximos e a sua própria doença precipitam contudo a sua decisão final. Mas esta é apenas uma espécie de ajuste de contas, de volta ao sonho, e quando se lança do quarto andar, isso é um voo.

A hipocrisia destes armazéns de velhos, com os seus rituais de exercícios físicos e atividades lúdicas imbecis e impostas está também muito bem retratada na obra.
Tal como, embora muito breve e de passagem, o olhar que lança sobre a nova "democracia", de opressão muito polida, após a queda do franquismo boçal.

*Luís Chambel*

## **"Anarquismo e Revolução Negra" - e outros textos do anarquismo negro,** Lorenzo Kom'boa Ervin, coletivo editorial Sunguilar, 2015

Edição brasileira da obra de Lorenzo Kom'boa publicada originalmente em 1979, e reeditada em 1993, o interesse do livro não está de forma alguma em causa, ajudando-nos a descobrir o trajeto do autor, desde os seus tempos de militante dos Panteras Negras e da influência marcante do marxismo até ao posterior anarquismo. Um trajeto semelhante, aliás, ao de Ashanti Alston, de quem se inclui também nesta edição o texto da sua conferência de 2003 em Nova Iorque, "Anarquismo Negro".

O foco da obra de Ervin é a defesa de um anarquismo de combate, avesso ao tradicional anarquismo assético que ele denuncia nos meios norte-americanos – predominantemente branco, não insurrecional e historicamente incapaz de compreender a importância das forças sociais oprimidas dos povos de origem africana (e outros).

A biografia de Lorenzo Ervin, sobre a qual também se incluem algumas páginas no livro, é absolutamente fascinante. Nascido no Tennessee em 1947, no "Sul Segregado", junta-se, aos 12 anos, à Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor. Mais tarde, incorporado no exército norte-americano, torna-se organizador antiguerra do Vietname, sendo por isso demitido do exército. Junta-se ao Comité Não-Violento de Coordenação Estudantil, em 1967 e, posteriormente,

ao partido dos Panteras Negras. Acusado de várias ações, como porte de armas e ameaças à vida de um líder local da Klu Klux Klan, tenta escapar ao processo judicial sequestrando um avião para Cuba, em fevereiro de 1969. Conhece então por dentro (e desilude-se) com o "socialismo real" e a "ditadura do proletariado", quer aí quer na então Checoslováquia, para onde é encaminhado. Capturado para ser entregue de novo aos Estados Unidos por agentes da CIA infiltrados na Checoslováquia após a invasão soviética (no governo de Dubcek), consegue fugir para Berlim Oriental, para onde são enviados vários agentes norte-americanos e alemães especialmente encarregados de o recapturar, o que acabam por conseguir. Torturado e drogado durante vários dias no Consulado Americano, é levado de volta, quase à beira da morte, ilegalmente, para os Estados Unidos, tendo-se então anunciado falsamente que ele se havia entregue no aeroporto JFK. Em 1970, diante de um júri totalmente branco, é condenado a prisão perpétua. Na prisão toma contacto, pela primeira vez, com as ideias anarquistas.

Ele é um dos "Irmãos Marion" um grupo de prisioneiros que se tornou então conhecido pela sua luta contra a Unidade de Controlo da Penitenciária Federal de Marion. Com o assunto a ganhar repercussão pública internacional, Ervin acaba por ser libertado após 15 anos de prisão na sequência de uma grande campanha internacional.

Em liberdade, e mantendo-se incansável, Lorenzo Ervin participa em várias atividades da resistência negra, de mobilização contra a Ku Klux Klan, e de empoderamento da sua comunidade.

Vive em Memphis onde, já em 2012, é um dos criadores da Memphis Black Autonomy Federation, uma organização de luta contra o desemprego e a pobreza nas comunidades afroamericanas, e contra a segregação e violência policial.

Na obra agora editada no Brasil pela Sunguilar apresenta-se já um programa de organização social de combate, organizada de uma forma anarquista, desde os níveis do pequeno grupo de afinidade até aos da grande confederação internacional.

A obra de Ervin é uma inspiração clara para as sociedades do novo continente em que a segregação racial e a opressão da comunidade negra são o sustentáculo meio escondido do capitalismo vigente e dos seus "sucessos", e de que o Brasil é importante exemplo. Daí a relevância desta edição brasileira, que levanta uma questão até há bem pouco tempo ausente do debate anarquista – a importância da dominação negra e a consideração desta comunidade como o foco insurrecional por excelência, à qual é necessário fazer chegar a consciência da sua capacidade de luta contra a opressão e um programa de organização social fundado no anarquismo.

Lorenzo Ervin traça, nesta sua obra, o programa de uma organização de tipo anarco-sindicalista, como a alavanca para gerar uma maior autoconsciência, combater a opressão de todos os tipos e levar, finalmente, à revolução negra.

Concluindo o seu texto, declara: "(…) Eu não acredito no governo, e por isso eu sou um Anarquista. Eu acredito que o governo é uma das piores formas de opressão moderna, é a fonte de guerra e opressão econômica e deve ser derrubado. Anarquismo significa que teremos mais democracia, igualdade social e prosperidade econômica. Eu me oponho a todas as formas de opressão presentes na sociedade moderna: o patriarcado, a supremacia branca, Capitalismo, Comunismo de Estado, ditames religiosos, discriminação contra gays, etc. (...)".

Por sua vez, Alston declara: "(…) Então, aqui estou eu, nos Estados Unidos, lutando pela libertação negra e me perguntando: como é que podemos evitar situações como essa? O anarquismo me deu uma maneira de responder a esta questão, insistindo que nós ponhamos no lugar, como fazemos em nossa luta agora, as estruturas de tomada de decisões e de fazer coisas que continuamente tragam mais pessoas para o processo, e não apenas deixar a maioria das pessoas "iluminadas" tomarem decisões por todos os outros. O próprio povo tem que criar estruturas em que articulem sua própria voz e em que tomem suas próprias decisões. Eu não recebi isso de outras ideologias: eu recebi isso do anarquismo (...)".

Ou ainda, explicando o seu percurso: "(…) Como um Pantera, e como alguém que passou à clandestinidade enquanto guerrilha urbana, pus a minha vida no limite. Eu assisti meus companheiros morrerem e passei a maior parte da minha vida adulta na prisão. Mas eu ainda acredito que podemos vencer (...). É por isso que temos de encontrar maneiras de amar e apoiar uns aos outros através de tempos difíceis (...)".

*Luís Chambel*

**Portal Anarquista**
https://colectivolibertarioevora.wordpress.com/
https://www.facebook.com/PORTAL.ANARQUISTA
**Jornal Mapa**
http://www.jornalmapa.pt/
geral@jornalmapa.pt
**A Ideia**
Rua Dr. Celestino David, n.º 13-C, 7005-389, Évora
acvcf@uevora.pt
http://aideialivre.blogspot.com
**A Batalha**
https://pt-pt.facebook.com/Jornal-A-Batalha-349856931820677/
**Indymedia - Centro de Média Independente - Porugal**
http://pt.indymedia.org/
**Guilhotina**
https://www.facebook.com/guilhotina.info
**Flauta de Luz**
Painel da Antiqueira, n.º 39, Vargem, 7300-430 Portalegre
**Projecto Mosca**
http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/
https://www.facebook.com/mosca.projecto
**CCL - Centro de Cultura Libertária**
Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas, Almada
Apartado 40, 2800-801 Almada
ateneu2000@gmail.com
http://www.facebook.com/CentroDeCulturaLibertaria
**BOESG - Biblioteca e Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada**
Rua Penha de França, 217 B, 1170-304 Lisboa
boesg.blogspot.pt
boesgbiblioteca@gmail.com
**COSA - Casa Okupada de Setúbal Autogestionada**
Rua Latino Coelho, n.º 2, Bairro Salgado, 2900-105 Setúbal
http://cosa2015blog.wordpress.com/
https://www.facebook.com/Casa-Okupada-de-Set%C3%BAbal-Autogestionada-841456779303792
**Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) - Secção Portuguesa**
***Núcleo de Lisboa***
http://ait-sp.blogspot.pt/
Apartado 027087, EC Praça do Município, 1144-033 Lisboa
aitlisboa@riseup.net
***Porto - Sindicato de Ofícios Vários***
sovaitporto.blogspot.com
Rua dos Caldeireiros, n.º 213, 4050-141 Porto
sovaitporto@gmail.com

**Terra Viva**
Rua dos Caldeireiros, n.º 213, 4050-141 Porto
http://terravivaporto.blogspot.pt/
https://www.facebook.com/Portoterraviva/
terraviva@aeiou.pt
22 3324001 / 961449268 / 967694816
**Gato Vadio**
Rua do Rosário, 281, 4050-525 Porto
22 2026016
sacodegatosvadios@gmail.com
https://www.facebook.com/gato.vadio/
**Letra Livre**
Calçada do Combro, 139, 1200-113 Lisboa
21 3461075
letralivre@sapo.pt
**Livraria Utopia**
Rua da Regeneração, 22, 4000-410 Porto
96 8352292
livrariautopia@gmail.com
**Casa da Horta**
Rua de São Francisco, 12A, 4050-548 Porto
casadahorta@pegada.net
22 2024123 / 93 3831020 / 93 8433724
**RDA 69** - **Recreativa dos Anjos**
Regueirão dos Anjos, n.º 49, 1150-028 Lisboa
rdanjos69@gmail.com
**Moinho** - **Moinho da Bicha de Sete Cabezas**
Rua do Novo, Silvalde, 4500-639 Espinho
**Musas** - **Espaço Musas / Quinta Musas da Fontinha**
http://musas.pegada.net/
https://www.facebook.com/hortaquintamusasdafontinha/
https://www.facebook.com/espaco.musas/
quintadafontinha@gmail.com
**Núcleo Agroecológico do Campo do Gerês**
campoemtransicao@gmail.com
**Colher para Semear** - **Rede Portuguesa de Variedades Tradicionais**
Quinta do Olival, 3260-021 Aguda, Figueiró dos Vinhos
colherparasemear@gmail.com
23 6622218, 91 4909334
**GAP - Grupo Acção Palestina**
http://grupoaccaopalestina.blogspot.pt/
twitter: @GAPporto2010
https://www.facebook.com/GrupoAccaoPalestina/
accao.palestina@gmail.com

maio de 2016